

# O NOVO CONCEITO DE SEGURANÇA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

*Dora A.E. Martins*

## 1. As recentes mudanças da comunidade internacional

Após a queda do muro de Berlim e a desintegração da União Soviética, muitas esperanças desabrocham e parecem enterrar definitivamente a tensão existente durante o chamado período da Guerra-fria. Desde o final da Segunda Guerra Mundial e até aí, a sociedade internacional encontrava-se num período de tensão latente, em que qualquer movimento de dominação de uma das grandes potências – Estados Unidos da América ou União Soviética – gerava imediatamente um grande número de desconfianças do outro lado. Neste contexto, a definição de apoios a qualquer um dos lados era determinante, não somente para o equilíbrio de poderes, como também para a clarificação de toda a situação e consequente obtenção de vantagens por esse mesmo apoio explícito.

Esta situação manteve-se durante quatro décadas, período que viu deflagrar alguns conflitos violentos, a maior parte dos quais relacionados com esta lógica bipolar. Com a queda do muro que separava as duas Alemanhas, em 1989, e, dois anos mais tarde, a desintegração da União Soviética, cai também a única potência capaz de fazer face aos Estados Unidos, que emergem assim como a única potência capaz de projectar o seu poder, nos seus diversos âmbitos, a uma escala global.

A década de 90 viu também intensificar-se um fenómeno, que tendo surgido anteriormente,<sup>1</sup> acabou por contribuir para o fortalecimento do poder dos Estados Unidos: a globalização. Não se devendo confundir com fenómenos como a internacionalização, a mundialização ou a

---

<sup>1</sup> Enquanto alguns teóricos situam o início da globalização no séc. XV, quando portugueses e espanhóis se aventaram nas suas viagens marítimas mundiais, estabelecendo relações culturais e comerciais com diversos povos do mundo, a maior parte dos estudiosos deste fenómeno defende que a globalização, como um fenómeno mais completo, com todas as características que se lhes atribui, só teria começado em finais da década de 60, início de 70 do séc. XX.

ocidentalização, a globalização é um fenómeno mais profundo, cujas características foram enunciadas por Alejandro Bécerra Gelóver da seguinte forma: homogeneização e mundialização dos sistemas produtivos, comerciais e financeiros; impulso científico-tecnológico e formação de um mercado distinto de outras épocas; formação de blocos regionais; aumento dos fluxos de capital; crises financeiras.

Em consequência do desenvolvimento deste fenómeno, após o fim da guerra-fria, a ordem internacional tomou uma natureza diferente. E isto porquê? A par dos tradicionais sujeitos de direito internacional, os Estados, têm-se destacado novos sujeitos, nomeadamente as associações de Estados, as empresas multinacionais e as organizações não governamentais (ONG), todos com âmbito de actuação global, não cingidos aos limites territoriais do Estado. Em face do desenvolvimento das técnicas de comunicação globais, pequenos acontecimentos deixam de se cingir ao âmbito local ou regional do seu aparecimento e passam a afectar todo o mundo, qual “Aldeia Global” concebida por um dos primeiros teóricos da globalização, Marshall McLuhan.

Se a globalização permitiu a transmissão à escala planetária de conhecimentos e novas formas de pensar, através das novas tecnologias, assim como o desenvolvimento dos fluxos económicos e financeiros de uma forma fluida e global, por outro lado, fomentou também a transmissão dos males que grassam na actualidade, como sejam os conflitos e as doenças, assim como o alargamento do fosso que separa ricos e pobres. Para fazer face a estes problemas, há que lançar mão de meios com um alcance alargado, que extravasam o âmbito de actuação dos Estados, desenvolvendo-se, por isso, associações ou cooperações mais ou menos formais entre Estados, de que as Nações Unidas são o exemplo mais acabado, na medida em que integra actualmente todos os Estados do mundo, considerados como tal.

Contudo, a persistência destes problemas mundiais tem levado algumas organizações de cariz não oficial, as ONG, a desempenhar um papel fundamental, a um nível local, de resolução dos mesmos e também de alerta para algumas situações mais extremas, em que os governos

descuram a sua actividade de zelo pelo bem-estar das populações, cegos na obtenção do lucro. Actualmente e infelizmente, parecem ser os mercados, pela mão das grandes empresas multinacionais, que estão a cargo do governo dos homens, enquanto os governos nada mais fazem do que administrar.

Consequentemente, além do aumento de fluxos de capitais, pessoas e serviços, tornando tudo mais célere, a globalização tem provocado o desenvolvimento de problemas transnacionais como a degradação ambiental, o tráfico de droga, o tráfico de armas, o terrorismo internacional, a pirataria, os crimes económicos, a transmissão de doenças, o tráfico humano, o aumento de refugiados, a pobreza e o desemprego, entre outros.

Todos estes fenómenos têm levado alguns autores a denominar este período de "desordem mundial", ou de "geopolítica do caos" como refere Ignacio Ramonet<sup>2</sup>, por contraposição à chamada "nova ordem internacional". E este autor caracteriza este período através de alguns aspectos fundamentais como a instabilidade, a ascensão das crenças na irracionalidade, a modificação da natureza dos conflitos, a agonia da cultura, o desenvolvimento da Internet, o sistema PPII (planetário, permanente, imediato e imaterial) e a neo-hegemonia americana.

E é exactamente esta última característica que tem levado muitos autores a defender que após o fim da Guerra-fria e, em consequência da desintegração da União Soviética com a consequente perda de poder, os Estados Unidos emergem como a única potência mundial, a chamada superpotência, única no mundo com capacidade de projecção do seu poder político, militar, económico e, mesmo, cultural, a nível mundial. A par desta perspectiva unipolar, surge uma outra opinião que coloca a ênfase na natureza multipolar da sociedade internacional actual. Esta baseia-se no facto de que a par dos Estados Unidos, existem outros pólos que se destacam e que lhes podem fazer face, especialmente a nível económico, como a União Europeia e o Japão.

---

<sup>2</sup> RAMONET. Ignatio – Geopolítica do caos, 4.<sup>a</sup> edição, Petrópolis (Brasil): Editora Vozes, 1997.

É exactamente esta perspectiva que defende a maior parte dos autores chineses. Procurando minimizar a importância dos Estados Unidos e também a sua dependência em relação a este país, os autores chineses salientam a importância multipolar da sociedade internacional actual. Defendem que a multipolarização é uma tendência inevitável do séc. XXI e necessária ao desenvolvimento mundial. Segundo Chen Dezhaio, as razões deste facto têm a ver com três aspectos: “primeiro, actualmente durante um longo período de tempo, paz e desenvolvimento são as duas questões principais, sendo que quando não ocorrem guerras e a situação internacional é menos tensa, mais países e regiões do mundo poderão recuperar o seu poder e construir a sua economia (...); a tendência da Rússia e do Japão se tornarem em grandes potências mundiais é inevitável (...); a União Europeia irá alcançar a uniformização política e militar, a seguir à económica, mais tarde ou mais cedo.”<sup>3</sup> Contudo, como refere este mesmo autor, a multipolarização não é uma regalia dos grandes países, mas sim de todos os povos do mundo. E parece que cada vez mais países se opõem à hegemonia americana.

Esta perspectiva tem sido tanto mais acentuada, quanto mais os Estados Unidos têm demonstrado intenções de desempenhar um protagonismo cada vez mais acentuado, e mesmo incómodo, em diversos pontos do globo, de que é exemplo explícito a tentativa de construção de um sistema de defesa anti-míssil e a inclusão de alguns países no designado “Eixo do Mal”. Perante este comportamento hegemónico que se tem vindo a desenvolver durante os últimos governos americanos, com especial relevância para o governo republicano de George W. Bush, tem a liderança chinesa defendido uma atitude mais pacífica e mesmo pacificadora, oposta ao espírito da Guerra-fria. Neste sentido, os líderes chineses da chamada Terceira Geração<sup>4</sup> começaram a defender, a partir de meados dos anos 90, a

---

<sup>3</sup> Chen Dezhaio – “Sobre alguns problemas relacionados com o desenvolvimento da multipolarização mundial”, *Economia e Política mundiais*, 2000, Junho, pp.62-63, trad. do autor. (陈德照, “关于世界多极化发展的几个问题”, 世界经济与政治, 2000年6期)

<sup>4</sup> Segundo os estudiosos da política interna chinesa, os líderes chineses até à actualidade podem ser agrupados em quatro gerações. Assim, a primeira geração, liderada por Mao Zedong, possuía um carácter mais militarista, tendo em conta o ambiente bélico em que nasceu, forjados na luta contra os japoneses e os nacionalistas. A segunda geração de líderes chineses agrupava-se em torno do Pequeno Timoneiro, que

adopção de um “novo conceito de segurança”, o chamado “*xin anquan guan*” (新安全观), para fazer face à instabilidade crescente e global da realidade internacional actual.

## 2. O novo conceito de segurança da República Popular da China

Após o fim da Guerra-fria, os líderes chineses procuraram reformular os seus princípios de política externa e de segurança, em consequência de alguns acontecimentos internos e internacionais. Com a adopção da política de reforma e abertura (*gaige kaifang*: 改革开放) de Deng Xiaoping no célebre plénium do IX Comité Central, em 1978, o ênfase da política interna e externa chinesa passou a ser colocado na modernização da economia, com o objectivo de pôr em prática as quatro modernizações,<sup>5</sup> impulsionando assim o país para o desenvolvimento, numa brilhante jogada de adaptação ao mundo crescentemente globalizado e onde as forças económicas são as directrizes. Durante a década de 80, a economia chinesa atingiu níveis de desenvolvimento invejáveis, em consequência da criação das Zonas Económicas Especiais<sup>6</sup>, da abertura de algumas cidades do litoral<sup>7</sup> e da criação de zonas económicas

---

adoptou uma posição mais orientada em direcção ao desenvolvimento económico, orientação essa que foi seguida de perto pelos líderes da terceira geração, liderados por Jiang Zemin, já menos ideológica. A quarta geração de líderes que nasceu do 16.º Congresso do Partido Comunista, em Novembro de 2002, e que se agrupavam em torno dos novos nomes que governam o país na actualidade, e como tecnocratas que são, orientam-se mais no sentido do progresso económico e tecnológico, sem se guiarem cegamente pela ideologia. O facto do sistema político chinês consistir numa liderança colectiva leva a que seja mais correcto referir-nos às políticas adoptadas pelo grupo de líderes e não a personalidades individualizadas, um aspecto característico, de resto, da cultura tradicional chinesa.

<sup>5</sup> No Quinto Congresso Nacional do Povo chinês de Fevereiro de 1978, sob a iniciativa de Deng, é proposto um novo rumo para a economia no sentido da modernização da agricultura, da indústria, da defesa nacional, da ciência e tecnologia, são as chamadas “Quatro modernizações” (四个现代化: 工农, 科技, 国防).

<sup>6</sup> Em 1980, foram estrategicamente criadas quatro Zonas Económicas Especiais (ZEE) nas províncias de Guandong e Fujian. São elas as ZEE de Shantou, Zhuhai (em frente a Macau), Xiamen (em frente a Taiwan) e Shenzhen (em frente a Hong Kong). Mais tarde seria criada a ZEE de Hainan.

<sup>7</sup> Em 1984, foram abertas ao exterior 14 cidades do litoral: Dalian, Qinhuangdao, Tianjin, Yantai, Qingdao, Lianyungang, Nantong, Shanghai, Ningbo, Wenzhou, Fuzhou, Guangzhou (Cantão), Zhanjiang e Beihai.

abertas ao exterior<sup>8</sup>, entre outras tantas medidas. Todas estas regiões, cuja localização foi estrategicamente escolhida, através de incentivos de vária espécie, nomeadamente a nível de infra-estruturas e de isenção de pagamento de direitos aduaneiros, pretende estimular os investimentos estrangeiros, as exportações e desenvolver os conhecimentos tecnológicos.

A par do desenvolvimento económico, aumentou também o número de países que reconheciam o governo de Pequim como legítimo representante da China, estabelecendo assim relações diplomáticas, após a sua admissão nas Nações Unidas em Outubro de 1971, o que contribuiu para o reconhecimento do seu papel na sociedade internacional. Na senda desse desanuviamento, Gorbatchev visitou a China em 1989, reunindo-se assim os irmãos desavindos. No entanto, após a morte de Hu Yaobang, e em consequência da instabilidade social provocada por algumas medidas económicas adoptadas, começaram a surgir diversas manifestações estudantis que assumiram um ponto crítico, exactamente durante a visita do líder soviético e para onde todas as televisões nacionais e estrangeiras viraram a sua atenção. O esmagamento das manifestações estudantis em Junho de 1989 foi transmitido em directo por diversas estações internacionais de televisão, provocando a indignação internacional e consequente adopção de medidas punitivas por parte dos vários governos estrangeiros.

Este facto, juntamente com algumas demonstrações de força da República Popular da China, nomeadamente no Sudeste Asiático, ao largo do Recife Mieschief, em 1995, e também ao largo de Taiwan, em 1995 e 1996, fizeram ressurgir a teoria da ameaça chinesa, principalmente entre os países da região. É então neste contexto, juntamente com o aumento do poder dos Estados Unidos como única superpotência mundial, que procura estender a sua influência em todo o mundo, nomeadamente na Ásia Oriental, que os líderes chineses começam a teorizar o novo conceito de segurança chinês.

---

<sup>8</sup> Em 1985, foram abertos os deltas do Changjiang e do Zhujiang (Rio das Pérolas), a região triangular do sul de Fujian, as penínsulas de Shandong e de Liaodong, a província de Hebei e a região autónoma de etnia zhuang de Guangxi. Cinco anos mais tarde, o governo decidiu explorar e abrir a nova zona de Pudong, em Shanghai, e um grupo de cidades às margens do rio Changjiang, formando uma faixa de abertura na bacia deste rio com a nova zona de Pudong como «cabeça do dragão».

Ainda que o “novo conceito de segurança” só tenha sido teorizado pelos líderes da terceira geração, a sua génese insere-se perfeitamente nas anteriores concepções de segurança dos líderes da primeira e da segunda geração.

Segundo Arnold Wolfers, “Segurança, num sentido objectivo, mede a ausência de ameaça a valores adquiridos e, num sentido subjectivo, a ausência de medo que esses valores sejam atacados.”<sup>9</sup>

Após a proclamação da República Popular da China, depois de um período de longas lutas civis e também contra o invasor japonês, o conceito de segurança então adoptado não poderia deixar de ter matizes militares muito acentuadas. Devido às agressões de que foi alvo a China, principalmente desde o séc. XIX, o objectivo principal da sua política externa passou a ser a garantia da sua soberania e integridade territorial. Segundo Mao Zedong, a segurança nacional pode ser obtida através de três meios principais: a segurança militar, que ocupa um lugar de destaque na sua teoria, focalizando, por isso, a atenção na modernização militar; a segurança política, que inclui a promoção da estabilidade social interna; e a luta diplomática, através da qual se luta contra o imperialismo e o hegemonismo e se promove a paz mundial e o progresso dos povos. É exactamente neste contexto que aparecem os cinco princípios de coexistência pacífica, especialmente divulgados na Conferência de Bandung.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> *Apud* BAYLIS, John – “International and global security in the post-cold war era”, in BAYLIS, John e SMITH, Steve, The Globalization of World Politics: an introduction to international relations, 2<sup>nd</sup> edition, New York: Oxford University Press, 2001, p. 255, *trad. do autor*.

<sup>10</sup> Os princípios de coexistência pacífica foram enunciados, pela primeira vez, pelo primeiro-ministro chinês Zhou Enlai durante as negociações com o líder indiano Nehru sobre o Tibete, que decorreram entre Dezembro de 1953 e Abril do ano seguinte, sendo depois incluídos no prefácio do acordo assinado entre estes dois países sobre o comércio e transporte entre a Índia e o Tibete chinês. Posteriormente, estes princípios foram utilizados em diversas reuniões e conferências internacionais como directores do relacionamento entre os países menos desenvolvidos, nomeadamente na Conferência de Genebra sobre a Indochina, em 1954, e na Conferência de Bandung, em 1955, ficando nesta altura conhecidos como “espírito de Bandung”. Desde então, os cinco princípios de coexistência pacífica tornaram-se princípios directores da política externa chinesa. *Vide* MAO Zedong – “Application of the Five Principles of Peaceful Coexistence Should be extended to State relations among all countries (October 1954)” e “The Five Principles of Peaceful Coexistence are a long-term policy (December 1954)” in Mao Zedong on Diplomacy, compiled by The Ministry of Foreign Affairs of People’s Republic of China and the Party Literature Research Center under the Central Committee of the Communist Party of China, Beijing: Foreign Languages Press, 1998, pp. 126-150.

Segundo Zhou Enlai e Nehru, todos os países deviam regular as suas relações pelos seguintes princípios:

- respeito mutuo pela soberania e integridade territorial;
- não agressão mútua;
- não ingerência nos assuntos internos dos Estados;
- igualdade e benefício mútuo;
- coexistência pacífica.

Com a alteração da relação de forças a nível internacional, nomeadamente, com o reconhecimento internacional da República Popular da China como legítimo representante do governo chinês nas Nações Unidas, no seguimento da aproximação sino-americana, e com a morte do Grande Timoneiro Mao Zedong, em 1976, vira-se uma página da História da China e inicia-se um novo período, regido pelo desenvolvimento económico. É então que Deng Xiaoping, qual líder da segunda geração política chinesa, sublinha, num discurso para a Câmara de Comércio e Indústria Japonesa, a 4 de Março de 1985, que “do ponto de vista económico, os dois grandes temas com que se depara o mundo na actualidade, temas de significado estratégico global, são: primeiro, a paz, e segundo, o desenvolvimento económico. O primeiro envolve as relações Este-Oeste, enquanto o segundo envolve as relações Norte-Sul.”<sup>11</sup>

Paz e desenvolvimento tornaram-se, desde então, dois princípios directores da política externa chinesa, continuando o mote “*heping yu fazhan*” (和平与发展) da teoria do Pequeno Timoneiro a ser defendido pelos líderes chineses actuais.<sup>12</sup> Assim, o governo deve ocupar-se do desenvolvimento económico, o que só será possível sob um cenário nacional, regional e mesmo mundial de paz e estabilidade. Estes são, como tal, os fundamentos da segurança nacional.

---

<sup>11</sup> Deng Xiaoping – “Peace and Development are the two outstanding issues in the world today”, in *Selected Works of Deng Xiaoping*, Vol. III (1982-1992) ([www.peopledaily.com.cn](http://www.peopledaily.com.cn)).

<sup>12</sup> É interessante notar que, devido à importância atribuída ao mote “paz e desenvolvimento”, no site da Internet do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, estes princípios aparecem em destaque logo na página de abertura. Vide [www.fmprc.gov.cn](http://www.fmprc.gov.cn)



Numa era de crescente globalização e interdependência económica, Deng Xiaoping foi o precursor de um dos aspectos do novo conceito de segurança, ao salientar o aspecto económico da mesma. Começava-se, então, em alguns países da comunidade internacional,<sup>13</sup> a falar de um novo conceito de segurança global e multifacetado, em língua chinesa "*zonghe anquan*" (综合安全) e em língua inglesa "*comprehensive security*". Por contraposição ao tradicional conceito de segurança, que se baseia na segurança política e militar, o conceito de segurança compreensiva inclui na sua definição elementos económicos, ambientais, sociais, etc.

"O conceito de segurança nacional de Deng Xiaoping pode sumariar-se na segurança global (*zonghe anquan*), o que inclui o interesse de segurança e os limites de segurança. O interesse de segurança é a forma temporal da segurança nacional: forma diacrónica e forma unicrónica. A forma diacrónica do interesse de segurança manifesta-se na segurança militar, segurança económica e segurança científica e tecnológica. Estas sucedem-se e substituem-se uma à outra ao longo do tempo. (...) A forma unicrónica do interesse de segurança manifesta-se na segurança política, o mais importante elemento da segurança nacional. Todos os países (de qualquer época) fazem da manutenção do sistema político e da consciência cultural, o conteúdo mais importante do interesse nacional, com o objectivo de impedir a intervenção, controle e penetração de influências externas, influenciando a paz, e de

---

<sup>13</sup> O conceito de "comprehensive security" foi usado pela primeira vez pelo Japão, depois das crises petrolíferas dos anos 70, que expuseram a sua vulnerabilidade ao sistema internacional, especialmente a sua dependência em relação ao petróleo. A administração Ohira (1978-80) adoptou então este conceito como princípio da sua política externa e a administração Suzuki, adoptou-o como a sua estratégia de segurança oficial, no seguimento do "Relatório sobre Segurança Nacional Compreensiva" ("Report on Comprehensive National Security") de 1980. "Reconhecendo a sua vulnerabilidade na dependência de recursos e o declínio da superioridade militar e económica dos Estados Unidos, o governo japonês começou a definir segurança de uma forma holística, enfatizando as fontes multidirecionais de ameaça, militares e não militares, para a sua segurança e bem-estar nacional." (HU, Richard Weixing – "China in search of Comprehensive security", in HSIUNG, James (ed.) – *Twenty-first century world order and the Asia Pacific: value change, exigencies, and power realignment*, New York: Palgrave, 2001, p.314) Após este facto, a própria ASEAN (Association of South East Asian Nations) também começou a usar o conceito de "comprehensive security" para designar a sua perspectiva da segurança, principalmente em resultado de três mudanças verificadas após o fim da guerra-fria: o factor essencial da segurança passou do militar para o económico, o núcleo da segurança mudou do interior para o exterior, e o âmbito da segurança alterou-se de nacional para regional. (LU, Jianren – "O novo conceito de segurança da ASEAN", *Contemporary Asia*, 1999, n.º9 [陆建人, "东盟的新安全观", *当代亚太*, 1999年第9期])

assegurar a independência política do país, escolhendo a sua própria via de desenvolvimento.”<sup>14</sup>

De acordo com a política de reforma e abertura promovida por Deng Xiaoping, enfatizava-se o desenvolvimento económico como o mais importante elemento do interesse nacional,<sup>15</sup> e que só se poderia conseguir num ambiente nacional, regional e mundial estável. Segurança nacional e desenvolvimento económico apresentam-se, assim, como dois elementos interdependentes: a segurança nacional seria uma garantia do desenvolvimento económico, e o desenvolvimento económico é a base e pré-requisito da segurança nacional. Desta forma, se promove a segurança económica, ao lado do tradicional conceito de segurança militar, sob uma base de segurança política. O objectivo principal da segurança política é a garantia da soberania e da integridade territorial, o que inclui a reunificação do território chinês, sob o mote “um país, dois sistemas” (*yiguo liangzhi*: 一国两制) também atribuído ao Pequeno Timoneiro e que já teria sido conseguido em parte com a transição da administração de Hong Kong e Macau, em 1997 e 1999 respectivamente, ficando só a faltar Taiwan.<sup>16</sup>

É exactamente neste contexto de mudança interna e também internacional, com a queda do muro de Berlim e a desintegração da União Soviética que, a terceira geração de líderes chineses procura um “novo conceito de segurança” que inspire tranquilidade aos países vizinhos e, de certa forma, se afirme como um conceito inovador de segurança ao resto da sociedade internacional.

---

<sup>14</sup> YIN, Quanhai e WANG Mei – “Breve análise do conceito de segurança nacional de Deng Xiaoping”, *Journal of Xinyang Teachers College (Philos. & Soc. Sci. Edit.)*, Vol. 19 N.º 2 Apr. 1999, pp.10-11, *trad. do autor*. (尹全海, 王梅, 邓小平国家安全观初探, 信阳师范学院学报, 第 19 卷, 第 2 期, 1999 年 4 月).

<sup>15</sup> Segundo definição do Instituto de Defesa Nacional de Portugal, interesse nacional é “uma expressão integrada e compatibilizada dos desejos e preocupações dos indivíduos e dos grupos que constituem a comunidade nacional.” (*Apud* SACCHETTI, António Emílio – Temas de Política e Estratégia, Lisboa: Instituto Superior de Ciência Sociais e Políticas, p.14) Para um entendimento mais aprofundado do interesse nacional chinês, *vide* YAN, Xuotong – Análise do Interesse Nacional Chinês, Tianjin: Editora Popular de Tianjin, 1997. (阎学通, 中国国家利益分析, 天津: 天津人民出版社, 1997)

<sup>16</sup> Para um entendimento mais profundo sobre a teoria da política internacional de Deng Xiaoping, veja-se, por exemplo, LIANG Shoude e LIU Wenxiang – A Teoria de Política Internacional de Deng Xiaoping, Nanjing: Editora Popular de Jiangsu, 2003. (梁守德, 刘文祥, 邓小平的国际政治理论, 南京: 江苏人民出版社, 2003 年)

Insurgindo-se contra o tradicional conceito de segurança de índole militar muito acentuada, imbuído do espírito da Guerra-fria, o “novo conceito de segurança” procurava, por seu turno, salientar outros aspectos considerados mais importantes como a cooperação, a confiança mútua, o diálogo e as consultas. Ainda que o novo conceito de segurança, em língua chinesa *xin anquan guan* (新安全观), só tenha aparecido explicado de uma forma clara e inequívoca num discurso do presidente chinês Jiang Zemin na “Conferência sobre o Desarmamento”, em Genebra, em 1999, já antes alguns membros do governo chinês haviam feito referência à necessidade de abandonar a antiga mentalidade da guerra-fria de blocos políticos e militares e empreender uma nova forma de segurança. Um dos primeiros documentos em que aparece essa referência é a “Declaração Conjunta Sino-russa sobre um Mundo Multipolar e o estabelecimento de uma nova ordem internacional”, adoptada em Moscovo, a 23 de Abril de 1997. Aí se sublinha que, com o fim de estabelecer uma nova ordem internacional mais pacífica, estável, justa e racional, sob um cenário multipolar, “as partes favorecem o estabelecimento de um novo conceito de segurança universalmente aplicável. (...) As diferenças e disputas entre países devem ser resolvidas através de meios pacíficos, sem recorrer ao uso ou ameaça da força. O diálogo e as consultas devem estimuladas com o fim de promover a compreensão e confiança mútuas, a paz e segurança devem ser promovidas através de coordenação e cooperação bilateral e multilateral.”<sup>17</sup> Neste contexto, com o objectivo de estabelecer uma parceria estratégica para o séc. XXI, baseada na igualdade e a confiança mútua, têm a China e a Rússia, assim como alguns países da Ásia Central, assinado importantes acordos de construção de confiança e redução dos efectivos militares nas zonas de fronteira.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> “Russian-Chinese Joint Declaration on a Multipolar World and the Establishment of a New International Order”, alínea 3, in [www.un.org](http://www.un.org), trad. do autor.

<sup>18</sup> Em 1996, foi criado o grupo “Xangai 5”, que funcionava como uma aliança informal entre a China, a Rússia, o Cazaquistão, o Quirguistão e o Tadjiquistão, e que através de cimeiras regulares procurava resolver disputas fronteiriças. Para além desse objectivo inicial, procurou-se também promover a luta contra o extremismo, o separatismo e o terrorismo, uma ameaça à estabilidade regional. A 15 de Junho de 2001, juntou-se ao grupo o Uzbequistão, passando a chamar-se Organização de Segurança de Xangai.

Mais tarde, a 27 de Julho desse mesmo ano, o Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Qian Qichen, volta a fazer referência ao “novo conceito de segurança” num discurso no Fórum Regional da ASEAN (ARF): “quando a Humanidade está prestes a entrar no século XXI, a forma de construção de uma paz e segurança duradoiras na região tornou-se numa questão de preocupação universal. A nova situação internacional apela a um novo conceito de segurança (...) baseado na confiança mútua e em interesses comuns.”<sup>19</sup> É aí onde o Ministro dos Negócios Estrangeiros sublinha que “para aumentar a segurança regional, é importante fazer um bom trabalho nas seguintes quatro áreas de destaque: relações Estado a Estado amigáveis e pacíficas, baseadas na igualdade (...); desenvolvimento económico sustentável (...); resolução pacífica dos conflitos (...); promoção do diálogo e cooperação.”<sup>20</sup> Mais tarde, em Dezembro desse mesmo ano, a necessidade de um “novo conceito de segurança” seria revelado à comunidade internacional na 52.<sup>a</sup> Sessão da Assembleia da Nações Unidas.

Devido à relativa indefinição e obscuridade deste “novo conceito de segurança” emergente, foi publicado também em Dezembro desse mesmo ano, um Artigo do Exército Chinês sobre o tema. Aí se salienta o carácter multifacetado que deveria possuir o novo conceito de segurança, enunciando-se os requisitos indispensáveis para a existência de segurança global e regional nos diversos campos, nomeadamente segurança económica, segurança científica e tecnológica, segurança militar e segurança social. Conclui-se, finalmente, que “o núcleo deste novo conceito de segurança é a procura da segurança comum através de consultas, coordenação e cooperação”<sup>21</sup>, sugerindo-se três tipos de actividades padrão enquadradas neste conceito, nomeadamente, manutenção da paz internacional, diálogo de segurança e acordo de segurança.

---

<sup>19</sup> QIAN, Qichen - “Opening statement by M.E. Mr. Qian Qichen at ASEAN Regional Forum”, Subang Jaya, July 27, 1997, *in* fmprc.gov.cn.

<sup>20</sup> *Idem.*

<sup>21</sup> LI Qinggong e WEI Wei - “Chinese Army paper on ‘New Security Concept’”, *in* Jiefangjun bao, 1997, 24 December, p.5.

Para além do presidente chinês, Jiang Zemin, e dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, Qian Qichen (1988-1998) e Tang Jiaxuan (1998-2003), também o Ministro da Defesa, Chi Haotian, desempenhou um papel fundamental na divulgação do “novo conceito de segurança”. É disso exemplo o discurso intitulado “A Política de Defesa Nacional da China”, proferido no Instituto Nacional de Estudos de Defesa japonês, a 4 de Fevereiro de 1998, e onde se sublinham as quatro áreas fundamentais da política de defesa chinesa, a saber:

- consolidar a defesa nacional e resistir à agressão, defender o território, espaço aéreo e águas territoriais nacionais, e direitos e interesses marítimos, assim como salvaguardar a unidade e segurança do Estado;

- a construção da política de defesa chinesa está sujeita ao conjunto dos interesses do desenvolvimento económico nacional;

- a China construirá um pequeno mas efectivo exército com características chinesas;

- a China está comprometida a salvaguardar a paz mundial e a promover o progresso da Humanidade.<sup>22</sup>

Finalmente, o conteúdo do novo conceito de segurança é explícito a 26 de Março de 1999, num famoso discurso proferido pelo presidente chinês, Jiang Zemin, à “Conferência sobre o Desarmamento” em Genebra. Diz ele, que desde o fim da Guerra-fria, novas e grandes mudanças se têm verificado a nível internacional, o que suscita a necessidade de apresentação de um “novo conceito de segurança”, que se adapte à actualidade, opondo-se à mentalidade da Guerra Fria, ou seja, à política de força, hegemonismo e blocos militares, numa crítica velada à política seguida pelos Estados Unidos, nomeadamente reforçando alianças com diversos países em diferentes pontos do globo, como forma de consolidar o seu poder a nível mundial.<sup>23</sup> Nesse mesmo discurso, é

---

<sup>22</sup> LIU Lisheng e LIU Jingshi – “Chi Haotian on Defense Policy”, in *Zhongguo Xinwen She*, 1998, February, 4.

<sup>23</sup> Esta postura adquiriria mais consistência na sequência do ataque à embaixada chinesa em Belgrado, pelas forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte, a 7 de Maio de 1999, do qual resultou a morte

revelado que o núcleo do “novo conceito de segurança” resume-se quatro aspectos: confiança mútua (*huxin*: 互信), benefício recíproco (*huli*: 互利), igualdade (*pingdeng*: 平等) e cooperação (*hezuo*: 合作). E continua, sublinhando que “os cinco princípios de respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não agressão mútua, não interferência nos assuntos internos, igualdade, benefício mútuo e coexistência pacífica, e outras normas universalmente reconhecidas das relações internacionais, constituem a fundação política sustentadora da paz mundial. A cooperação mutuamente benéfica e a prosperidade comum constituem a garantia económica para a paz mundial. Diálogos, consultas e negociações pelas partes envolvidas, em pé de igualdade, é a forma correcta de resolução das disputas e de salvaguarda da paz. O estabelecimento de um novo conceito de segurança e de uma nova e justa ordem internacional é a única forma de promover, fundamentalmente, um desenvolvimento saudável do processo de desarmamento e providenciar a garantia para a paz e segurança internacionais.”<sup>24</sup>

Dois anos mais tarde, na sequência dos ataques de que foi alvo os centros financeiro e militar norte-americano, a 11 de Setembro, as atenções mundiais viraram-se ainda mais para assuntos como a luta contra o terrorismo e a defesa da segurança mundial. É neste contexto que o embaixador Hu Xiaodi, representante chinês no Primeiro Comité da Assembleia Geral das Nações Unidas, responsável pelo Desarmamento, sublinha que “estabelecer um novo conceito de segurança baseado na cooperação internacional tornou-se agora numa tarefa urgente.”<sup>25</sup> E esse “novo conceito de segurança”, enquadrado num sistema legal internacional, inclui o controle de armas internacional e o desarmamento, de que a China é defensora.

Em Agosto de 2002, o “novo conceito de segurança” é apresentado de uma forma mais desenvolvida aos vizinhos chineses do Sudeste Asiático, assim

---

de 3 pessoas e ferimentos em cerca de 20 pessoas, e que os chineses continuam a defender ter sido intencional.

<sup>24</sup> JIANG Zemin – “Promote Disarmament Process and Safeguard World Security”, Address at the Conference on Disarmament, Geneva, 26 March 1999, in [www.fmprc.gov.cn](http://www.fmprc.gov.cn)

<sup>25</sup> “New Concept of Security needed following 11 September terrorist attack”, Press Release GA/DIS/3199, Fifty-sixth General Assembly, First Committee, 4<sup>th</sup> Meeting (PM), 9 October 2001, in [www.un.org](http://www.un.org).

como aos outros membros da comunidade internacional. A 1 de Agosto, os líderes chineses distribuíram um “documento de apresentação do novo conceito de segurança” aos países membros da ASEAN, em Bandar Seri Begawan, onde se expõe os conteúdos principais do mesmo e sua aplicação prática, documento esse que seria também distribuído na “Conferência das Nações Unidas sobre o Desarmamento”, em Genebra, 5 dias mais tarde.

De acordo com o mesmo documento, o novo conceito de segurança está imbuído de um espírito de segurança comum, é multifacetado, respeita os princípios contidos na Carta das Nações Unidas, assim como os cinco princípios de coexistência pacífica, promove a resolução pacífica de conflitos, promove a prosperidade e desenvolvimento comum baseado na reciprocidade e benefício mútuo, sublinha os aspectos não tradicionais da segurança e, finalmente, incentiva o desarmamento, o controle de armas e a prevenção de proliferação de armas de destruição em massa. Neste documento, apresenta-se como núcleo do novo conceito de segurança: a confiança mútua (*huxin*: 互信), o benefício recíproco (*huli*: 互利), a igualdade (*pingdeng*: 平等) e a coordenação (*xiezuo*: 协作).<sup>26</sup> É aí onde estes elementos são explicados, o que, pela importância do seu conteúdo, transcrevemos na íntegra:

*“A confiança mútua significa que todos os países deviam ultrapassar as suas diferenças de ideologia e sistema social, abandonar a mentalidade da guerra-fria e da política de poder, e abster-se da suspeita e hostilidade mútuas. Deviam manter um diálogo frequente e intercambiar relatórios sobre as suas políticas de segurança e defesa e grandes operações militares.*

*O benefício recíproco significa que todos os países deviam preencher as necessidades objectivas de desenvolvimento social nesta era de globalização, respeitar os interesses de segurança de cada um e criar condições para a segurança dos outros, enquanto assegurem os seus próprios interesses de segurança com vista a alcançar a segurança comum.*

---

<sup>26</sup> No discurso do Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês, Jiang Zemin, no 80.º aniversário deste Partido, “cooperação” é substituída por “coordenação” ou “colaboração” como o quarto elemento do “novo conceito de segurança”. Apesar desta substituição, reafirma-se no documento de 2002 que a cooperação não deixa de estar na base do mesmo e deve, aliás, ser flexível e diversificada em forma e modelo, incluindo mecanismos de segurança e diálogos multilaterais, como também diálogos de construção de confiança bilaterais e mesmo diálogos não governamentais ao nível académico.

*A igualdade significa que todos os países, grandes ou pequenos, são membros iguais da comunidade internacional e devem respeitar-se mutuamente, tratar-se como iguais, abster-se de interferir nos assuntos internos de cada um e promover a democratização das relações internacionais.*

*A coordenação significa que todos os países devem procurar a resolução pacífica das suas disputas através da negociação e promover uma cooperação alargada e profunda em assuntos de segurança de interesse comum, como forma de eliminação de potenciais perigos e evitar a eclosão de guerras e conflitos.*<sup>27</sup>

De acordo com Xiong Guangkai, “os quatro elementos que constituem o núcleo do novo conceito de segurança formam um todo orgânico, cada um complementando o outro: a confiança mútua é a base do novo conceito de segurança, o benefício recíproco, o seu propósito, a igualdade, a sua garantia, e a coordenação, a sua forma de actuar.”<sup>28</sup>

Com esses princípios em mente, e ainda segundo o mesmo documento, tem a China procurado resolver pacificamente as contendas que ainda possui com os seus vizinhos, promovido trocas comerciais com os países da região, impulsionando a cooperação económica regional, assim como, impulsionado o estabelecimento e desenvolvimento de mecanismos de diálogo e cooperação de segurança regionais.

### **3. O novo conceito de segurança chinês na prática**

Como se pode deduzir da descrição, quase cronológica, feita anteriormente, o novo conceito de segurança da República Popular da China

---

<sup>27</sup> “China’s Position Paper on the New Security Concept”, Geneva, 6 August 2002, in [www.nti.org](http://www.nti.org), trad. do autor.

<sup>28</sup> XIONG, Guangkai – “O discurso do Presidente Jiang Zemin de 1 de Julho – desenvolvimento do pensamento estratégico internacional”, *Estudos sobre Política Internacional*, 2002, n.º3, p.8. (熊光楷, 江主席“七.一”重要讲话对国际战略思想的新发展, 国际政治研究, 2002年第3期, 8页。) O General Xiong Guangkai, presidente do Instituto Chinês de Estudos Estratégicos Internacionais tem tido uma actividade determinante na explicação do novo conceito de segurança de que é testemunho a recente publicação do livro “Estratégia Internacional e Revolução no Assuntos Militares” (Editora da Universidade Qinghua, Pequim, 2003), que contém um capítulo dedicado ao novo conceito de segurança. (熊光楷, 国际战略与新军事变革, 北京: 清华大学出版社, 2003)



não apareceu de uma forma rígida e inflexível e assim se terá mantido até aos dias de hoje. Aliás, essa flexibilidade e adaptabilidade caracteriza-o desde o momento do seu aparecimento, que não se pode datar com exactidão, até à actualidade, quando se processaram alterações no seu núcleo e adaptações à realidade internacional que, como sabemos, está em constante mutação. Nascido da análise da realidade internacional e da procura de um modelo alternativo de actuação ao nível da segurança nacional, adaptado ao novo período pós guerra fria, tem este “novo conceito de segurança” acompanhado uma série de medidas tomadas pela liderança chinesa com respeito ao relacionamento com os outros países da região, e também mais distantes, assim como nas organizações regionais e internacionais.

Desde logo, o aparecimento deste “novo conceito de segurança” fez-se a par de uma mudança de atitude do governo chinês com respeito à sua sempre bem guardada política de defesa. Em Novembro de 1995, é publicado o primeiro Livro Branco, desta feita dedicado ao “Controle de Armamento e Desarmamento”, onde se sublinha que, sendo o desenvolvimento económico o principal objectivo da China na actualidade, a paz e estabilidade regional é essencial, pelo que defende que “a comunidade internacional deve promover um controle de armas e desarmamento justo, racional, global e equilibrado”<sup>29</sup> É também aí que o governo chinês se compromete a reduzir os efectivos militares, a manter as despesas militares em valores reduzidos, a fazer um uso pacífico das tecnologias militares industriais, a fazer um estrito controlo das transferências de materiais sensíveis e equipamento militar e, finalmente, a apoiar os esforços internacionais de controlo de armas e desarmamento. E estas medidas, que se têm procurado pôr em prática, estão de acordo com o espírito do “novo conceito de segurança”. Se por um lado, a China tem firmado diversos tratados e convenções internacionais de controlo de armas e desarmamento,<sup>30</sup> por outro lado, tem vindo a reduzir os efectivos militares do

---

<sup>29</sup> “China: Arms Control and Disarmament”, November 1995, in [www.china.org.cn](http://www.china.org.cn), trad. do autor.

<sup>30</sup> O governo chinês tem defendido a proibição e destruição total das armas de destruição maciça, opondo-se à proliferação destas armas e sua comercialização, como forma de promover a paz e segurança regionais e mesmo mundiais. Quando o governo chinês passou a ter acesso a armas nucleares, comprometeu-se a não usá-las em primeiro lugar, em qualquer altura ou sob quaisquer circunstâncias, e a

Exército de Libertação Popular, nomeadamente de 500.000 efectivos em 1999, e 200.000 até 2005.<sup>31</sup>

Procurando promover a transparência na sua política de defesa nacional, tem o governo chinês vindo a publicar *Livros Brancos* sobre a Defesa Nacional desde 1998, com uma periodicidade bianual, em Julho de 1998, em Setembro de 2000 e em Dezembro de 2002. Dentro deste espírito de transparência, em Janeiro de 2004, foi aberto o Centro dos Arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês, onde podem ser consultados todos os documentos desde a implantação da República Popular da China até 30 anos depois, mediante a apresentação de um pedido devidamente formalizado 20 dias antes da consulta.

No que refere aos *Livros Brancos*, logo no primeiro de 1998 faz-se referência ao “novo conceito de segurança”, referindo-se que “para alcançar uma paz duradoura, é imperativo abandonar a mentalidade da guerra fria, cultivar um novo conceito de segurança e procurar uma nova forma de salvaguardar a paz.”<sup>32</sup> Num contexto de busca de paz e estabilidade para a China e para a região, a concretização destes objectivos passa pelo respeito pelos “cinco princípios de coexistência pacífica”, pelo desenvolvimento de uma cooperação benéfica no campo económico e pela compreensão e confiança mútuas através do diálogo e cooperação.

---

não usá-las incondicionalmente contra países que não as possuíssem, nem contra zonas livres de armas nucleares. E esses princípios voltaram a ser reafirmados assim como a sua política geral no último Livro Branco sobre “A Política de Não-Proliferação e Medidas”, publicado a 3 de Dezembro de 2003. (*in* [www.fmprc.gov.cn](http://www.fmprc.gov.cn) ), onde se reafirma que a China tem participado activamente nas conferências e tratados internacionais de não-proliferação de armas nucleares, biológicas e químicas; e tem procurado regular e controlar a exportação de materiais potencialmente utilizados nas armas de destruição maciça.

<sup>31</sup> A primeira redução deu-se em Junho de 1950, quando houve uma redução de 239.000 soldados, mas com a eclosão da Guerra da Coreia e consequente participação da China, deu-se um aumento, contando-se na altura cerca de 6,27 milhões de efectivos. Em Janeiro de 1952, Mao Zedong aprovou um plano em que os efectivos foram reduzidos a 4,2 milhões e, no ano seguinte, a 3,5 milhões. A quarta redução deu-se em Janeiro de 1957, cifrando-se o número de soldados em 2,5 milhões. Em meados de 1975, os efectivos militares deviam sofrer uma redução de 600.000 efectivos mas esta nunca chegou a acontecer devido ao deflagrar da Revolução Cultural (1966-76). A sexta, sétima e oitava redução deram-se em 1980, 1982 e 1985, tendo sido desactivados um total de 1 milhão de soldados até 1985. Finalmente, em 1997 foi proposta uma redução dos efectivos de 500.000 soldados o que foi concretizado 2 anos mais tarde. Em Setembro de 2003, Jiang Zemin, presidente da Comissão Militar Central, propôs uma redução de 200.000 soldados, o que será conseguido dentro de dois anos. (“China to cut troops by 200.000 before 2005”, 2 September 2003, *in* [www.peopledaily.com.cn](http://www.peopledaily.com.cn) )

<sup>32</sup> “China’s National Defense” (July 1998), *White Papers of the Chinese Government* (2), Beijing: Foreign Languages Press, 2000, p. 381, *trad. do autor*.

De acordo com os desenvolvimentos entretanto realizados ao nível do esclarecimento do conteúdo do “novo conceito de segurança”, no *Livro Branco* da Defesa Nacional de 2000, faz-se referência ao núcleo desse conceito e que inclui, tal como referido anteriormente, confiança mútua, benefício recíproco, igualdade e cooperação. Acabando por repetir o esclarecimento apresentado pelo líder chinês em Genebra em 1999, neste Livro Branco atribui-se ao ARF um papel fundamental na aplicação do novo conceito de segurança: “a China defende que o ARF deve continuar a focalizar-se nas medidas de construção de confiança (Confidence-building measures), explorar novos conceitos e métodos de segurança e discutir a questão da diplomacia preventiva.”<sup>33</sup>

Finalmente, o último Livro Branco da Defesa chinesa, publicado em Dezembro de 2002, para além da referência ao conteúdo do novo conceito de segurança como a melhor forma de lidar com as tendências actuais, faz referência àquela organização que teria sido a precursora do novo conceito de segurança na prática: “a Organização de Cooperação de Xangai começou um novo conceito de segurança, um novo modelo de cooperação regional, e um novo tipo de relações Estado a Estado, fortaleceu a confiança e cooperação no campo militar, aumentou substancialmente a cooperação na luta contra o terrorismo, o separatismo e o extremismo, e alcançou um consenso na assistência mútua na prevenção e resolução pacífica de conflitos.”<sup>34</sup> Trata-se afinal do “espírito de Xangai”, a lembrar o “espírito de Bandung” quase 40 anos antes.

Na realidade, a **Organização de Cooperação de Xangai** é o exemplo mais acabado de como o novo conceito de segurança tem sido posto em prática pelo governo chinês. Tendo começado, em 1996, como um conjunto de reuniões anuais entre a China, a Rússia e três países da Ásia Central, mormente, o Kazaquistão, o Kyrgistão e o Tajiquistão, os chamados “Cinco de Xangai”<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup> “China’s National Defense in 2000 (September 2000)”, in Information Office of the State Council of the People’s Republic of China – White Papers of the Chinese Government (2000-2001), Beijing: Foreign Languages Press, 2003, p. 266, trad. do autor.

<sup>34</sup> “China’s Defense White Paper in 2002”, December 2002, in [www.xinhuanet.com](http://www.xinhuanet.com), trad. do autor.

<sup>35</sup> A estrutura dos “Cinco de Xangai”, e que acabou por se manter na Organização de Cooperação de Xangai, era uma manifestação do novo conceito de segurança chinês na era da globalização, em que se

fortaleceram as suas bases, formando a 15 de Junho de 2001 a Organização de Cooperação de Xangai, que passou a incluir também o Uzbequistão. O aparecimento desta organização insere-se num contexto em que foram assinados dois acordos inovadores na área das medidas de construção de confiança entre os “cinco de Xangai”, nomeadamente o “Acordo de medidas de construção de confiança militar”, em 1996, e o “Acordo de Redução de forças militares nas regiões fronteiriças”, em 1997. De acordo com o ponto 4 da Declaração da Organização de Cooperação de Xangai, o “espírito de Xangai”, que esteve na base de todo este processo, “marcado por confiança mútua, benefício mútuo, igualdade, consultas mútuas, respeito pela diversidade das culturas, e o desejo de desenvolvimento conjunto é uma herança de valor incalculável acumulada pelos países da região durante anos de cooperação.”<sup>36</sup> E o que é o “espírito de Shanghai” senão o espírito que está na base do novo conceito de segurança chinês?

Ainda segundo a Declaração da Organização de Cooperação de Xangai e também a sua Carta, assinada em Junho de 2002, os objectivos desta organização incluem: “fortalecer a confiança mútua, amizade e boa vizinhança entre os seus Estados-membros, aumentar a cooperação em vários níveis para manutenção e fortalecimento da paz, segurança e estabilidade na região, fazer face de forma conjunta aos novos desafios e ameaças, encorajar cooperação efectiva e mutuamente benéfica em várias áreas, e assistir no crescimento económico e no desenvolvimento social e cultural dos estados membros da organização.”<sup>37</sup> Com estes objectivos em mente, tem esta organização desempenhado um papel fundamental de cooperação contra os chamados três

---

promove a manutenção da paz mundial e a segurança colectiva como objectivos principais, se privilegiam os princípios da Carta das Nações Unidas e outros princípios do direito internacional como os princípios básicos, se utiliza o diálogo e as consultas para resolver pacificamente as contendas entre países e, finalmente, se promove um conceito de segurança global. (LI, Xiaomin – “O mecanismo Xangai Cinco e o novo conceito de segurança chinês”, *Paz e Desenvolvimento*, 2000, n.º 4 [李晓敏, “上海五国机制与中国新安全观”, 和平与发展季刊 2000 年第 4 期。])

<sup>36</sup> “Declaration on the Creation of the Shanghai Cooperation Organization”, Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation, Department of Information and Press, in [www.mid.ru](http://www.mid.ru), trad. do autor.

<sup>37</sup> “Shanghai Cooperation Organization Charter”, Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation, Department of Information and Press, in [www.mid.ru](http://www.mid.ru), trad. do autor.

grandes males: o extremismo religioso, o separatismo e o terrorismo, sem nunca se direccionar contra um país individual ou um grupo de Estados. Com os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 e a posterior luta internacional contra o terrorismo dirigida pelos Estados Unidos, assumiu a actividade da Organização de Cooperação de Xangai uma grande actualidade, mas na nossa opinião sem grande protagonismo ou dinamismo, o que poderia ter sido então aproveitado.<sup>38</sup> As únicas medidas de destaque foram a assinatura de um Acordo para estabelecimento de uma Agência regional anti-terrorista, a 7 de Junho de 2002, na capital kyrquize Bishkek, que coordenará as actividades dos diversos Estados-membros no combate ao terrorismo internacional, ao separatismo nacional e ao extremismo religioso, assim como alguns exercícios anti-terroristas conjuntos entre os membros desta Organização, que decorreram em Agosto de 2003, no Kazaquistão, e no mês seguinte, em Pequim. Finalmente, a 15 de Janeiro de 2004, abriu o Secretariado Permanente da Organização de Cooperação de Xangai, em Pequim, que terá como função principal a organização da actividade da Organização. Foi também eleito o primeiro Secretario-Geral da Organização, o embaixador chinês Zhang Deguang, para um mandato de 3 anos.

Para além da área da segurança militar, tem a Organização de Cooperação de Xangai procurado desenvolver outras áreas da segurança não tradicionais como o comércio, tal como advoga o novo conceito de segurança defendido pelos líderes chineses. Destarte, tendo em mente o interesse estratégico e riqueza em recursos naturais da Ásia Central, propôs o primeiro-ministro-chinês, Wen Jiabao, a criação de uma zona de comércio livre entre os países membros, numa reunião de primeiros-ministros desta organização, em Pequim (Beijing), a 23 de Setembro de 2003. Sublinhando que “a cooperação económica é uma das maiores áreas de cooperação da Organização de

---

<sup>38</sup> É interessante notar que, antes do “11 de Setembro”, mais precisamente em Junho de 2001, foi assinada pelos membros da Organização de Cooperação de Xangai a “Convenção de Xangai de combate ao Terrorismo, Separatismo e Extremismo”, mas parece que não ter tido grande aplicabilidade prática após os ditos ataques terroristas.

Cooperação de Xangai”<sup>39</sup>, o primeiro-ministro chinês apresentou uma proposta tripartida incluindo a promoção do comércio e investimento, de forma a facilitar a circulação de bens dentro da Organização e a reduzir e mesmo eliminar as barreiras não tarifárias; o desenvolvimento de grandes projectos de cooperação económica e tecnológica; e o estabelecimento de uma cooperação económica regional de longo-prazo, e gradualmente uma zona de comércio livre dentro da Organização de Cooperação de Xangai.

Uma outra organização que procura pôr em prática o espírito do novo conceito de segurança e onde o governo chinês participa é o **Fórum Regional da ASEAN** (ARF da designação em inglês), que foi criado em 1994, entre os membros da ASEAN e outros países da região Ásia-Pacífico,<sup>40</sup> como o objectivo de desenvolver o diálogo e consultas em assuntos políticos e de segurança de interesse comum e de fazer contribuições significativas para a construção da confiança e diplomacia preventiva na região da Ásia-Pacífico.<sup>41</sup>

Considerado pelo governo chinês como “o mais importante fórum governamental para o diálogo e cooperação multilateral de segurança na região Ásia-Pacífico”,<sup>42</sup> o ARF tem-se dedicado a desenvolver a confiança mútua através de diálogo e do consenso, num contexto de cooperação, reforçando-se assim a segurança cooperativa, um dos elementos básicos do “novo conceito de segurança” advogado pela China. Ao alargar o seu âmbito de actuação não somente a elementos de segurança tradicionais, mas também não tradicionais, e baseando-se no princípio da igualdade de todos os seus membros, grandes e pequenos, ricos e pobres, o ARF apresenta-se como um fórum perfeitamente

---

<sup>39</sup> “Chinese Premier proposes free trade zone within SCO”, September 23, 2003 in [www.peopledaily.com.cn](http://www.peopledaily.com.cn).

<sup>40</sup> Como forma de evitar a eclosão de conflitos e a promoção do diálogo entre a ASEAN e os seus parceiros, foi criado em 1994 o Fórum Regional da ASEAN (ARF), ideia que surgiu de um jantar informal que decorreu durante a realização da 26.ª Reunião Ministerial da ASEAN, em Julho de 1993. Actualmente fazem parte do ARF 23 países: os 10 países ASEAN (Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietname), a Austrália, o Canadá, a República Popular da China, a União Europeia, a Índia, o Japão, a República Popular Democrática da Coreia, a República da Coreia, a Mongólia, a Nova Zelândia, a Papua Nova-Guiné, a Federação Russa e os Estados Unidos.

<sup>41</sup> Vide <http://www.aseansec.org/arf.htm>

<sup>42</sup> In [www.fmprc.gov.cn](http://www.fmprc.gov.cn), trad. do autor.

enquadrado no “novo conceito de segurança” chinês. Destacando-se nas áreas das medidas de construção de confiança e na diplomacia preventiva, tem a China apoiado todas as suas actividades, na medida em que se adequam ao seu interesse regional de promoção de paz e estabilidade, nomeadamente, “tem apoiado o ARF em explorar e desenvolver ainda mais o diálogo e cooperação em áreas de segurança não tradicionais, incluindo a luta contra o terrorismo, em expandir gradualmente a participação de oficiais de defesa no ARF, e aderir continuamente às modalidades e princípios efectivos existentes, centralizados na construção de confiança.”<sup>43</sup> Na reunião de Junho de 2002, o ministro dos negócios estrangeiros, Tang Jiaxuan, fez uma proposta de dois pontos ao ARF: fazer dos assuntos de segurança não tradicionais o ponto alto do diálogo neste fórum e melhorar o processo de diálogo com base no novo conceito de segurança.<sup>44</sup>

A participação da China na região Ásia-Pacífico inclui ainda uma outra organização onde a China tem explicado e posto em prática o seu novo conceito de segurança: a **ASEAN**. Tal como referido anteriormente, após os acontecimentos referentes à crise de Taiwan de 1995/96 e os incidentes no recife de Mischief, o governo chinês tem vindo a desenvolver uma série de medidas com o intuito de conquistar a confiança dos países vizinhos, com especial relevância para os países do sudeste asiático, que pertencem actualmente na sua totalidade à ASEAN.<sup>45</sup> Por isso, o novo conceito de segurança da China sempre foi revelado e explicado inicialmente na região e fórum da ASEAN e só posteriormente, à restante comunidade internacional. Região privilegiada para a China, com a qual mantém grandes relações de comércio, investimento e constitui também um importante factor para a sua estabilidade regional, a ASEAN tem sido desde os anos 90 do séc. XX, privilegiada pelo governo chinês. Desta forma se justifica o seu comportamento

---

<sup>43</sup> LIU Xuecheng – “New Approaches to Asia-Pacific Security”, *Beijing Review*, 2002, October, 31, p. 8, *trad. do autor*.

<sup>44</sup> “China’s Security model shapes peace”, June 30 2002, in [www.peopledaily.com.cn](http://www.peopledaily.com.cn), *trad. do autor*.

<sup>45</sup> A ASEAN foi criada, em 1967, pela Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia. A 7 de Janeiro de 1984, Brunei Darussalam é admitido; seguindo-se o Vietname, a 28 de Julho de 1995, o Laos e Myanmar (Birmânia), a 27 de Julho de 1997, e o Camboja, a 30 de Abril de 1999.

responsável na recente crise financeira asiática de 1997/98, quando decidiu não alterar o valor do yuan, atitude essa que foi muito aplaudida pelos vizinhos asiáticos do Sul. A partir de um relacionamento mais ou menos informal com esta organização, a China adquiriu o estatuto de parceiro de diálogo, em 1996, e tem participado também nas cimeiras ASEAN+1 e ASEAN+3, que inclui ainda os outros dois vizinhos do nordeste asiático: Japão e Coreia do Sul. É de destacar a Declaração Conjunta de “Cooperação ASEAN-China em direcção ao Séc. XXI” de 16 de Dezembro de 1997, completada pela Declaração Conjunta sobre “Parceria estratégica para paz e prosperidade”,<sup>46</sup> de 8 de Outubro de 2003, as quais apresentam um quadro genérico dos principais aspectos do relacionamento bilateral existente entre a China e esta organização regional. Aí as partes comprometem-se a “promover relações de boa vizinhança e amizade, aumentar intercâmbios de alto nível, fortalecer o mecanismo de diálogo e cooperação em todas as áreas para melhorar a compreensão e benefício mútuo”<sup>47</sup>, o que está de acordo com o espírito do “novo conceito de segurança” chinês.

De acordo com o carácter multifacetado do “novo conceito de segurança”, o governo chinês tem procurado desenvolver uma cooperação com a ASEAN em diversas áreas, incluindo a cooperação política, económica, social, de segurança, assim como regional e internacional. Num contexto em que a China vinha desenvolvendo um aprofundamento das trocas comerciais, de investimento e também ao nível do intercâmbio científico-tecnológico com a ASEAN, foi assinado a 4 de Novembro de 2002, o “Acordo de Cooperação Económica Global”, que prevê o estabelecimento de uma Zona de Comércio Livre entre a China e a ASEAN num espaço de dez anos. Ora, esta medida é inédita entre os outros países asiáticos e constitui um grande avanço da diplomacia chinesa, o que se insere na orientação para assuntos de segurança não tradicionais, que o “novo conceito de segurança” salienta, particularmente a segurança económica. Esta orientação para assuntos de segurança não

---

<sup>46</sup> Através da assinatura deste documento, a China tornou-se no primeiro parceiro estratégico da ASEAN.

<sup>47</sup> “ASEAN-China Cooperation Towards the 21st Century”, Joint Statement of the Meeting of Heads of State/Government of the Member States of ASEAN and the President of the People’s Republic of China, Kuala Lumpur, Malaysia, 16 December 1997, n.º 3, in [www.aseansec.org](http://www.aseansec.org), trad. do autor.



tradicionais e a vontade de ambas as partes de unir esforços para combater este tipo de ameaças que são comuns às duas partes motivou a assinatura da “Declaração Conjunta entre a ASEAN e a China sobre Cooperação em assuntos de segurança não tradicionais” também na mesma Cimeira da ASEAN, no Camboja em 2002. E as prioridades desta cooperação são o combate a alguns males que assolam especialmente a região, nomeadamente o tráfico de drogas, o tráfico humano, a pirataria, o terrorismo, o tráfico ilegal de armas, os crimes económicos internacionais e os crimes cibernéticos.

A cooperação política e de segurança entre a China e a ASEAN é tanto mais importante, quanto as partes estão envolvidas em contendas pelo controle das ilhas situadas no Mar da China Meridional. Importantes pela localização estratégica, situadas na passagem das grandes rotas marítimas internacionais, e pela existência de vastas reservas de petróleo e gás natural ainda inexploradas, a soberania sobre as Ilhas Paracel (Xisha) e Spratly (Nansha) tem sido reivindicada desde algum tempo pela China e por alguns países da região.<sup>48</sup> Embora durante algum tempo a China tenha recusado o recurso a instrumentos multilaterais como forma de resolução do problema, a assinatura da “Declaração sobre a Conduta das Partes no Mar do Sul da China”, em Novembro de 2002, veio trazer alguma esperança para a resolução do problema, assim como promover a cooperação entre as duas partes, em diversas áreas no Mar do Sul da China, como a protecção ambiental, a pesquisa científica, a segurança de comunicações e também o combate a crimes transnacionais. Imbuído deste espírito de cooperação característico do “novo conceito de segurança” chinês, veio a China a aceder ao “Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático”, em Outubro de 2003, onde se renuncia ao uso da força para resolução de disputas. Esta atitude do primeiro grande país

---

<sup>48</sup> Enquanto as Paracel são disputadas somente por dois países - a China e o Vietname -, a soberania sobre as Spratly é reivindicada por 6 territórios: a China (que ocupou nove ilhas, mas reivindica a soberania sobre todas), o Vietname (que ocupou vinte e uma, mas reivindica a soberania sobre todas), a Malásia (que ocupou três, mas reivindica a soberania sobre doze), as Filipinas (que ocuparam oito, mas reivindica todas), Taiwan (que ocupou uma, mas reivindica todas) e o Brunei (que reivindica parte do Mar do Sul da China próximo do seu território, fazendo parte da sua plataforma continental e Zona Económica Exclusiva).

fora da região do Sudeste Asiático a aceder a este tratado contribuirá, sem dúvida, para a paz e estabilidade na região.

Com respeito à segurança social, esta tornou-se particularmente pertinente em vista do surgimento e expansão da Pneumonia Atípica a partir da China. Consequentemente, em Abril de 2003, decorreu um Reunião Especial de Líderes ASEAN – China sobre esta epidemia, com vista a coordenar esforços no combate à mesma. Naturalmente que a segurança social também inclui áreas como ciência e tecnologia, ambiente, educação e cultura, onde também a China e a ASEAN têm procurado desenvolver uma profunda cooperação.

No que se refere à cooperação em assuntos regionais e internacionais, tem a China juntamente com a ASEAN defendido, por exemplo, uma resolução pacífica da questão da Coreia e também da questão de Taiwan, considerada pelos líderes da ASEAN como uma questão interna chinesa, já que reconhecem Pequim como o legítimo representante da China. E esta característica de cooperação tem sido defendida com um carácter mais permanente. Em Outubro de 2003, na Cimeira da ASEAN de Bali, os líderes da China, Japão e Coreia do Sul assinaram a Declaração Conjunta sobre a Cooperação Tripartida. O primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, definiu, também, as linhas mestras da cooperação entre a ASEAN e os parceiros de diálogo do nordeste asiático (ASEAN+3), nomeadamente, a igualdade, consultas, benefício mútuo, processo gradual de abertura e inclusão, o que está de acordo com os princípios do novo conceito de segurança. Esta atitude chinesa está de acordo com um objectivo estratégico de longo prazo do governo chinês: o estabelecimento de uma Organização de Cooperação regional da Ásia Oriental.

O relacionamento entre a China e o Sudeste Asiático não se faz somente através de organismos multilaterais. Aliás, o governo chinês tem privilegiado em geral o relacionamento país-país, em detrimento do relacionamento multilateral, provavelmente em resultado dos valores afectos à sua cultura tradicional. Assim, enquanto em 1999, a China negociou acordos de cooperação de longo prazo com o Vietname, a Tailândia, o Brunei e a Malásia, no ano seguinte, com a Singapura, a Indonésia, as Filipinas e Myanmar. Dentro do espírito de promoção do diálogo e desenvolvimento da confiança mútua,

característico do “novo conceito de segurança”, tem a China assinado acordos e tratados nos mais variados campos com os países do Sudeste Asiático, nomeadamente, ao nível das relações económicas e comerciais, ciência e tecnologia, investimento, turismo, combate ao tráfico de drogas, assistência no combate a crimes transnacionais, delimitações fronteiriças, e inclusivamente cooperação militar e partidária. A China tem também aproveitado estes contactos bilaterais para apresentar o “novo conceito de segurança”.

A tentativa de cooperação entre a China e os países da região não se cinge ao Sudeste Asiático, alargando-se aos seus vizinhos do Sul. De acordo com o espírito cooperativo do “novo conceito de segurança”, a China desenvolveu os primeiros exercícios conjuntos com as marinhas do Paquistão e da Índia, em Outubro e Novembro de 2003 respectivamente. Com o objectivo de assegurar a segurança do comércio marítimo e melhorar a coordenação na busca e salvamento no mar, estes exercícios têm contribuído para aproximar a China destes dois vizinhos desavindos do Sul Asiático. Tal como referido pelo Vice-Presidente do Instituto de Estudos sobre a Ásia-Pacífico da Academia Chinesa de Ciências Sociais, Sun Shihai, “a cooperação bilateral sem precedentes no campo da segurança não tradicional tem um papel significativo em ajudar os dois países a construir a confiança e a reduzir as fricções. (...) Desenvolvendo boas relações com a Índia e o Paquistão ao mesmo tempo, a China assume-se como uma influência responsável, construtiva e positiva no Sul Asiático.”<sup>49</sup> O compromisso da China e Índia pela paz e segurança da região não se cinge a estes exercícios conjuntos pois, juntamente com a China, a Índia acedeu ao Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN, em Outubro de 2003, na Cimeira de Bali, tornando-se nos únicos países exteriores a esta organização a fazê-lo até ao momento. Deste modo, estes dois países com grande influência na região renunciam ao uso da força para resolver as suas contendas, comprometendo-se também a seguir os princípios de respeito pela soberania e integridade territorial e não interferência nos assuntos dos outros países.

---

<sup>49</sup> “Chinese and Indian navies to begin joint exercises”, 14 November 2003, in [www.chinaview.cn](http://www.chinaview.cn), trad. do autor.

A operacionalidade do “novo conceito de segurança” chinês não se cinge ao nível regional, pois em nome da salvaguarda da paz e segurança mundiais, princípios contidos na Carta das Nações Unidas (NU), tem a China participado nas actividades desta organização como membro da Assembleia-geral e especialmente membro permanente do Conselho de Segurança. Destarte, desde 1989 que a China envia oficiais civis para participar em missões de monitorização e inspecção de eleições das Nações Unidas na Namíbia, Camboja, África do Sul, Moçambique, entre outros. De acordo com os princípios de respeito pela soberania, não interferência nos assuntos internos e resolução pacífica dos conflitos, princípios contidos na Carta e que se harmonizam com o “novo conceito de segurança”, tem a China participado desde 1990, em operações de manutenção da paz. Desde então enviou cerca de 600 observadores militares e oficiais de ligação e 800 engenheiros para dez missões de manutenção de paz das NU, nomeadamente no Médio Oriente, Iraque e Kuwait, Sara Ocidental, Camboja, Moçambique, Líbia, Timor e Bósnia-Herzegovina.

Com o objectivo de promover a cooperação e compreensão mútua conducente a uma resolução do conflito, tem-se destacado a acção da China na resolução do conflito do Camboja e também da unificação da Coreia. De sublinhar, também, o empenhamento chinês na resolução da questão nuclear da Coreia do Norte, promovendo a realização de conversações a seis em Agosto de 2003 e em Fevereiro do ano seguinte, em Pequim. Apesar de ainda não se ter chegado a nenhuma resolução, foi bastante positivo o facto de a China ter conseguido sentar à mesma mesa estes seis países: Coreia do Norte, Estados Unidos, Coreia do Sul, Japão, Rússia e China.

Conclui-se, portanto, que o governo chinês, tanto no seu relacionamento com os outros países como na sua actuação em organizações regionais e internacionais tem procurado dar a conhecer o novo conceito de segurança, e, mais importante, pô-lo em prática. Mas, afinal, o que tem de novo este conceito de segurança? Que efeito tem exercido principalmente sobre os países da região? É a estas questões que tentaremos responder de seguida.

#### **4. O novo conceito de segurança: algumas considerações e implicações para a Ásia**

O “novo conceito de segurança” chinês surgiu num ambiente em que o governo procurava suavizar a sua imagem regional e mesmo mundial, em resultado dos acontecimentos internacionais atrás descritos. Para além da crise de Taiwan e das movimentações militares chinesas nos mares do Sul da China, em meados dos anos 90, que causaram alguma imagem negativa da China nos países asiáticos, também a China se procura levantar contra o domínio regional de algumas potências exteriores à região, como é o caso mais explícito dos Estados Unidos. Se por um lado, esta superpotência tem procurado desenvolver um domínio mundial estratégico, estendendo os seus tentáculos até à longínqua região da Ásia-Pacífico, por outro lado tem suscitado a desconfiança e mesmo alguma aversão da China, ao defender a construção de um escudo anti-missil. Quando a estes factos se junta a expansão à Ásia de uma organização de cariz militar, a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico-Norte), mais a China suspeita, na medida em que entra em choque com a sua concepção do mundo multipolar e de cooperação.<sup>50</sup>

A construção de uma rede de alianças e apoios americanos a alguns países asiáticos tem suscitado desconfiança da parte dos líderes chineses, pois vêm-se estrategicamente rodeados e controlados pela presença norte-americana. A aliança americana com o Império do Sol Nascente é disso exemplo claro. Em Abril de 1996, é assinada a “Declaração Conjunta Nipo-americana” e, no ano seguinte, são revistos os “Princípios de Cooperação em matéria de Defesa”. “Esta revisão visava dar resposta ao desejo japonês de que

---

<sup>50</sup> Apesar de alguma aproximação entre a China e a OTAN e de interesses comuns, sublinhados a partir dos ataques terroristas do 11 de Setembro de 2001 (de referir o encontro entre o embaixador chinês em Bruxelas e o Secretário-geral da OTAN Lord Robertson, em Outubro de 2002), a verdade é que este relacionamento ainda continua muito frio, mesmo depois do melhoramento do relacionamento OTAN-Rússia. Se do lado chinês encontramos pontos de vista diferentes da OTAN, com respeito à segurança, e mesmo algumas desconfianças em relação aos meios utilizados (não nos esqueçamos do bombardeamento da Embaixada da China em Belgrado durante a campanha da Aliança no Kosovo, em 1999), por outro lado, a China encontra-se fora da área da OTAN, o que deixa de lado a possibilidade da China se tornar membro desta organização. A rivalidade inexistente entre as duas poderá, quanto muito, permitir um tipo mais flexível de cooperação, ainda por definir.

os EUA tivessem uma presença mais forte na região do Pacífico, incluindo bases no próprio território japonês. Ora, o governo chinês mostrou grande preocupação perante esta nova Declaração Conjunta nipo-americana em matéria de Segurança, que é ao mesmo tempo bem-vinda mas de desconfiar.”<sup>51</sup> Se por um lado, o apoio norte-americano ao Japão limitará as suas tendências belicistas, por outro lado se essa aliança for desenvolvida contra o “inimigo” chinês, então aí a China estará em maus lençóis. Para além do Japão, têm os Estados Unidos desenvolvido relações privilegiadas com a Coreia do Sul, com quem possui uma relação de partenariado de segurança, com a Tailândia e as Filipinas.<sup>52</sup>

Se por um lado, o governo chinês desconfia do seu principal concorrente asiático, também os países do sudeste asiático se alarmam com as movimentações militares de que havia sido capaz o dragão asiático, fazendo desenterrar a “teoria da ameaça chinesa”.<sup>53</sup> É exactamente neste contexto que o governo chinês enuncia um “novo conceito de segurança” que se apresenta como uma nova forma de relacionamento entre os países após o fim da Guerra Fria.

Mas, afinal, o que tem de novo este “novo conceito de segurança”? Se fizermos a comparação entre estes 4 conceitos que constituem o novo conceito de segurança e os cinco princípios de coexistência pacífica, enunciados nos anos 50, chegamos à conclusão que se interpenetram. Senão vejamos:

---

<sup>51</sup> MARTINS, Dora – “As relações sino-nipónicas durante o séc. XX”, Estudos sobre a China IV, Vol. II, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2002, p. 748.

<sup>52</sup> Vide “The United States Security Strategy for the East Asia-Pacific Region”, July 21, 1997, in [www.defenselink.mil/pubs/easr98/](http://www.defenselink.mil/pubs/easr98/).

<sup>53</sup> É interessante notar que a “teoria da ameaça chinesa” (*zhongguo weixie lun*, 中国威胁论) está muito presente na mente dos especialistas chineses e contra a qual tentam lutar a todo o custo. Para este assunto vide YEE, Herbert e STOREY, Ian (ed.) – The China Threat: Perceptions, Myths and Reality, London: RoutledgeCurzon, 2002, onde se analisam as diferentes percepções da “teoria da ameaça chinesa” do ponto de vista de diferentes países, inclusivamente a China.

<b>Cinco princípios de coexistência pacífica</b>	<b>Novo conceito de segurança</b>
Respeito mútuo pela soberania e integridade territorial	Respeito mútuo pela soberania e integridade territorial
Não agressão mútua	Coordenação
Não interferência nos assuntos internos	Igualdade
Igualdade e benefício mútuo	Igualdade e benefício mútuo
Coexistência pacífica	Confiança mútua

O respeito mútuo pela soberania e integridade territorial é um princípio básico da política de defesa nacional chinesa e que aparece consagrado em todos os *Livros Brancos* publicados pelo governo chinês, não chegando a estar em causa em nome dos outros princípios. Logo no primeiro ponto da Política de Defesa Nacional refere-se que a sua base fundamental “são os interesses nacionais da China. E isto inclui primeiramente: a salvaguarda a soberania do Estado, a unidade, a integridade territorial e a segurança”.<sup>54</sup>

Seguem-se os quatro componentes do “novo conceito de segurança”. Enquanto que nos cinco princípios de coexistência pacífica se faz referência somente à não agressão mútua, o “novo conceito” vai mais além e promove a coordenação, isto é, a cooperação em assuntos de segurança comum, a resolução pacífica de conflitos através de negociações. No que se refere ao terceiro dos cinco princípios, fala-se da não interferência nos assuntos internos, mas ao incluir o princípio da democratização das relações internacionais, o “novo conceito” sublinha que todos os países da comunidade internacional, grandes ou pequenos, ricos ou pobres devem um respeito mútuo e uma não interferência nos assuntos internos. Relativamente ao quarto dos cinco princípios, há uma coincidência total com dois dos elementos do “novo conceito de segurança”: igualdade e benefício mútuo. E finalmente, quanto ao último

<sup>54</sup> “China’s National Defense in 2002”, in *xinhuanet.com.cn*, trad. do autor.

dos cinco princípios, a coexistência pacífica, esta adquire um carácter activo na actualidade, promovendo-se a confiança mútua, geradora de diálogos frequentes e conseqüente término das hostilidades e suspeitas mútuas.

Concluimos, portanto, que o “novo conceito de segurança” procurando apresentar um modelo de relacionamento entre os Estados após a Guerra Fria, acaba por ser uma continuação e desenvolvimento dos princípios enunciados na década de 50, com algumas adaptações à realidade actual.

E será este princípio viável? David M. Finkelstein responde-nos que não e justifica: “primeiro, há pouco no conceito que seja accionável. O novo conceito é pouco mais do que um conjunto de princípios. (...) Segundo, a embalagem do conceito tem sido demasiadamente envolvida com uma retórica anti-Estados Unidos. (...) Terceiro, pelo menos três dos cinco maiores pólos na ordem mundial multipolar da China – nomeadamente Japão, Europa Ocidental e Estados Unidos – parecem ter as suas próprias ideias sobre a ordem do pós Guerra-fria. (...) Quarto, aqueles países na Ásia que estão convencidos que a presença das forças militares dos Estados Unidos actua como estabilizador na região não irão ser convencidos por Pequim a mudá-lo. (...) Quinto, a OTAN não se irá dissolver. (...) Finalmente, parece-me pouco provável que [este conceito] tenha sido elaborado para substituir realmente a ordem internacional global mas mais para moldar o ambiente de segurança periférico da China.”<sup>55</sup>

O que apresenta, então de novo, este conceito de segurança apresentado pelo governo chinês? Parece-nos que a novidade deste “novo conceito de segurança” não está tanto no seu conteúdo mas mais na atitude do governo chinês ao defendê-lo. Em aberta contradição com o princípio de Deng Xiaoping de “procurar passar despercebido e nunca tomar a liderança”, desta vez os líderes chineses decidiram assumir uma posição mais activa,

---

<sup>55</sup> FINKELSTEIN, David M. – “China’s ‘new security concept’ – retrospective & prospects”, prepared for the National Defense University Conference *The Evolving Role of the People’s Liberation Army in Chinese Politics*, Fort Lesley J. McNair, Washington D.C., 30-31 October, 2001, in [www.ndu.edu/inss/China\\_Center](http://www.ndu.edu/inss/China_Center), trad. do autor. David M. Finkelstein tem-se debruçado sobre o “novo conceito de segurança” chinês, apresentando algumas opiniões críticas, nomeadamente na área militar. Vide FINKELSTEIN, David e MCDEWITT, Michael – “Competition and Consensus: China’s ‘new concept of security’ and the United States Security Strategy for the East Asia-Pacific Region”, *PacNet*, n.º 1, January 8, 1999, e também FINKELSTEIN, David M. – “China’s ‘new security concept’”, in FLANAGAN, Stephen J. e MARTI, Michael E. (ed.), *The People’s Liberation Army and China in Transition*, Washington D.C.: Institute for National Strategic Studies, National Defense University, 2003, pp. 197-210.



apresentando um modelo de relacionamento das relações internacionais. Primariamente dirigido aos países asiáticos, especialmente do Sudeste, o “novo conceito de segurança” acabou por alargar o seu âmbito de actuação, vindo a ser especialmente bem sucedido na Ásia Central. Mas este “novo conceito de segurança” tem sido evocado também noutros fóruns internacionais como representando um modelo alternativo de relacionamento no mundo pós-guerra fria, já não dominado pela lógica bipolar, nem pela relação de forças. Trata-se de abandonar a mentalidade da Guerra-fria e as pretensões de hegemonia mundial, que só afectariam negativamente a paz e estabilidade mundiais, segundo a concepção chinesa. Segundo Denny Roy, “em essência, o Novo Conceito de Segurança é uma proposta chinesa para uma ordem internacional alternativa superior ao arranjo actual.”<sup>56</sup> E a verdade é que “enquanto o Novo Conceito de Segurança define que a China procura a paz e segurança na região, o Novo Conceito de Segurança promove, na realidade, a mudança do *status quo* (isto é, a presença das forças militares e alianças dos Estados Unidos na Ásia).”<sup>57</sup>

Parece-nos que o essencial deste “novo conceito de segurança” pode ser sistematizado em dois elementos fundamentais: a segurança global, multifacetada, e a segurança cooperativa.

A **segurança global**, em inglês *comprehensive security*, e em chinês, *zonghe anquan* (综合安全) tem a ver com o facto de, desde há alguns anos, as ameaças mundiais já não se cingirem ao militar. Actualmente, diferentes grupos religiosos ou étnicos digladiam-se por um pedaço de terra que juram seu, povos esfomeados lutam pelos recursos naturais, o planeta é assolado por problemas e calamidades que não respeitam as fronteiras políticas artificiais, um sem fim de problemas que ameaçam os povos do mundo. E para fazer face

---

<sup>56</sup> ROY, Denny – “China’s Pitch for a Multipolar World: The New Security Concept”, Asia-Pacific Center for Security Studies, Vol. 2, N.º 1, 2003, Maio, p. 3, *trad. do autor*.

<sup>57</sup> ALEN, Kenneth W. e MCVADON, Eric A., “China’s Foreign Military Relations”, a Project by The Henry L. Stimson Center, 1999, Outubro, p.8, *trad. do autor*.

a estas ameaças têm os Estados que lançar mão de um conjunto variado de meios. É assim que aparece o conceito holístico de segurança, que inclui não somente a parte militar, mas também a componente económica, social, ambiental, cultural, etc. E parece que a liderança chinesa tem, nos últimos anos, demonstrado uma crescente preocupação por todas estas facetas da segurança, tanto a nível interno, como a nível externo, numa constante busca por aquela que se pode considerar a segurança humana.<sup>58</sup> Ainda que os chineses nunca se refiram a esta como segurança humana,<sup>59</sup> a verdade é que nos últimos anos se tem verificado uma preocupação crescente por assuntos não tradicionais de segurança.

Assim, segundo Chu Shulong, no âmbito interno, a China tem demonstrado preocupações com a satisfação das necessidades de segurança não tradicionais, nomeadamente, melhorando as condições de vida da população, protegendo o povo de ameaças sociais e naturais e assegurando os seus direitos sociais e políticos. São de destacar algumas acções práticas do governo chinês na protecção dos direitos dos cidadãos, ainda que muito haja por fazer, também a nível da protecção ambiental, da segurança social, do combate ao desemprego e à pobreza, do combate ao tráfico de droga, à imigração ilegal e à propagação e prevenção da SIDA (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida), e do combate ao terrorismo dentro e fora da China. Também no âmbito externo, tem a China procurado fazer face a ameaças não tradicionais implantando este conceito de segurança humana, não só a nível regional mas também a nível internacional, participando em

---

<sup>58</sup> A “segurança humana” foi um termo que se popularizou pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a partir de 1994.

<sup>59</sup> O governo nunca utilizou este termo, preferindo “segurança do povo” quando se refere a assuntos de segurança humana. “A mentalidade chinesa em termos de segurança é de *high politics*, onde o termo *segurança* (*security*) devia ser reservado a assuntos de importância nacional, enquanto o termo *segurança* (*safety*) reflecte melhor as preocupações individuais. (CHU, Shulong – “China and Human Security”, in North Pacific Policy Papers 8, 2002, p.2). Ainda segundo Chu Shulong, as razões estão na base da resistência dos líderes chineses em aceitar o conceito de segurança humana tem a ver com a concepção chinesa tradicional de segurança, que acabamos de citar; a sua situação política e social actual, caracterizada por uma certa instabilidade devido a alguns movimentos separatistas existentes; e a sua política externa em relação a alguns assuntos internacionais mais sensíveis, como a ingerência nos assuntos internos e a intervenção humanitária, que a China recusa terminantemente em nome da sua soberania.

operações de manutenção da paz das Nações Unidas, tal como já referido anteriormente, e também no controle de produção e venda de armamento, combate às minas anti-pessoais, cooperação internacional na área do ambiente e mudanças climáticas<sup>60</sup> e promoção do desenvolvimento económico e social dos países em vias de desenvolvimento. É particularmente interessante a posição do governo chinês com respeito ao relacionamento económico que mantém, não só com os países em vias de desenvolvimento em geral, mas particularmente com os países vizinhos, pois defende um tipo de relacionamento em que ambas as partes ganhem, isto é, em que haja igualdade e benefício mútuo. Em Novembro de 2003, na segunda Conferência Anual do Fórum BOAO, o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, voltou a defender uma política de cooperação, desenvolvimento e vitória-mútua para a Ásia,<sup>61</sup> o que se insere na sua defesa da teoria da “não soma zero”, em contraposição à “teoria da soma zero.”<sup>62</sup>

No entanto, o carácter multifacetado do “novo conceito de segurança” chinês não se verifica somente a num âmbito horizontal, isto é, nas diversas áreas da segurança, mas também a num âmbito vertical, o que compreende

---

<sup>60</sup> Segundo Zhang Haibin, a importância dos factores ambientais na diplomacia chinesa pode dividir-se em dois períodos: o período nascente (1972-1988), que teve início em Junho de 1972, quando o governo chinês enviou uma delegação para participar na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, a partir do que as preocupações com o ambiente passaram a incluir-se na política externa, ainda que a um nível administrativo; o período de crescimento (1989 até aos nossos dias), quando a China fortaleceu a organização da diplomacia ambiental, criou princípios e objectivos concretos na área ambiental, e as actividades na área da diplomacia ambiental se tornaram mais activas e frequentes, tanto ao nível bilateral, como regional e internacional-multilateral. Ainda segundo este autor, as motivações que estão na base desta emergência dos factores ambientais na diplomacia chinesa têm a ver com factores internos, como a crise ambiental na China, os acontecimentos de Tiananmen (que provocaram o isolamento da China a nível internacional), o desenvolvimento de tecnologias ambientais e a consciência ambiental da liderança chinesa, assim como com factores externos, traduzida de uma forma geral por uma preocupação global pelos problemas ambientais, o que aumentou o número de conferências internacionais e quantidade de declarações e tratados aprovados sobre o tema. (ZHANG, Haibin – “The Environmental Factor in China’s Diplomacy”, material distribuído na cadeira de “As questões ambientais nas Relações Internacionais” do mestrado em Relações Internacionais da Universidade de Pequim).

<sup>61</sup> “Premier Wen calls for win-win development path for Asia”, 2003, Novembro, 2, in [www.peopledaily.com.cn](http://www.peopledaily.com.cn). Ainda nessa conferência, Wen Jiabao especificou os quatro pontos desta política chinesa para a Ásia: imbuir os outros países asiáticos num espírito de igualdade e respeito mútuo, desenvolver a cooperação entre todos, de forma a alcançar a prosperidade, fortalecer a confiança e cooperação mútua, e intensificar as trocas com os países asiáticos.

<sup>62</sup> Segundo a “teoria da soma zero”, a obtenção de benefícios e da segurança de uma forma geral, por uma das partes, representa automaticamente, a perda de benefícios e a insegurança da outra parte. Ora, por contraposição à “teoria da soma-zero” (零和), os líderes chineses defendem a “não soma zero” (非零和) em que ambas as partes podem ganhar e ficar seguras.

dois níveis importantes: “na ordem vertical, a segurança nacional pode ser parafraseada em dois níveis interrelacionados – o fundamental, com o objectivo de assegurar a existência nacional, e o superior, com o objectivo de estimular o desenvolvimento de médio e longo alcance”.<sup>63</sup> Enquanto o nível fundamental inclui princípios de que a China não abdica e que são a base da sua política de defesa nacional, nomeadamente a soberania, a unidade e a integridade territorial, num segundo plano seguem-se imediatamente os interesses económicos chineses de busca pelo desenvolvimento e estabilidade económica, principal *leit motiv* da China na actualidade, em nome dos quais defende a paz e segurança regional e internacional. E a relação entre estes dois níveis é tanto mais importante, com a integração da China no mercado mundial, de que a entrada na Organização Mundial de Comércio, em Dezembro de 2001, é um indicador importante. Este facto representa muitas oportunidades mas também muitos desafios para a China, como economia e país. Se por um lado, a China pretende abrir a sua economia ao investimento estrangeiro e à intensificação dos fluxos comerciais e financeiros como forma de desenvolver o seu poder económico nacional de uma forma global, por outro lado, essa abertura tem originado alguma dependência da China em relação ao exterior, assim como, a entrada de estrangeiros, com os seus valores, que entram em conflito com algumas concepções dos chineses, nomeadamente no que se refere aos valores democráticos e aos direitos humanos. Trata-se afinal, segundo Wu Xinbo,<sup>64</sup> de uma das quatro contradições que constroem o comportamento da Política Externa China na actualidade. Mas a China não se deixa intimidar, pois ao mesmo tempo que salvaguarda a sua soberania nacional, a sua integridade territorial e promove a chamada “unificação da mãe-pátria”, procura retirar a maior vantagem da sua abertura económica. Afinal, e apesar de aberta aos

---

<sup>63</sup> WU, Baiyi – “The Chinese Security Concept and its Historical Evolution”, Journal of Contemporary China, 2001, 10 (27), p. 278, *trad. do autor*.

<sup>64</sup> WU, Xinbo – “Four Contradictions Constraining China’s Foreign Policy Behaviour”, Journal of Contemporary China, 2001, 10 (27), pp.293-301. A título meramente descritivo se poderá referir que as outras contradições que afectam o comportamento da Política Externa Chinesa, segundo este autor, são: a contradição existente entre a China como uma grande potência e como um país pobre, os princípios empunhados pela liderança chinesa e o seu comportamento pragmático, por vezes não coincidentes com esses princípios, e, finalmente, a contradição existente entre o bilateralismo e o multilateralismo.

novos desafios, a China não deixa de ter uma visão realista das relações internacionais, em que os principais actores são os Estados, que, em primeiro lugar, procuram salvaguardar a soberania nacional e só depois promovem o desenvolvimento económico.

É em nome desse desenvolvimento económico e tecnológico, iniciado, em 1978, pela política de reforma e abertura ao exterior e pelas quatro modernizações de Deng Xiaoping, e que na actualidade procura alcançar uma sociedade modestamente acomodada (*xiaokang shehui*, 小康社会), que a China defende um ambiente circundante de paz e estabilidade. Para conseguir concretizar os ambiciosos planos económicos a que se propõe, a curto prazo, a China não poderá fazer muitos gastos militares, devendo a sua atenção e recursos estar orientados para a economia.

O desenvolvimento do seu poder económico compreensivo faz parte da busca de um poder compreensivo nacional, do qual fazem parte outros aspectos, nomeadamente, o político, o diplomático, os recursos, a defesa, a tecnologia, a educação e mesmo a cultura.<sup>65</sup> No entanto, de acordo com os dados relativos ao poder nacional, parece que a China ainda terá um grande caminho a percorrer, para atingir um poder nacional compreensivo, com capacidade de prover à satisfação de todas as necessidades do seu povo e também com potencial de intervenção a nível regional e mundial. É esta aliás a tese defendida pelos especialistas em China, Andrew Nathan e Robert Ross no seu célebre livro "The Great Wall and the Empty Fortress".<sup>66</sup>

Para se constituir um poder nacional compreensivo, há que ter em conta não somente os elementos e ameaças internas, mas também as ameaças externas. Tal como os próprios chineses dizem, se houverem problemas em casa, grandes probabilidades haverão de serem invadidos (*neiyou waihuan* 内忧外患). E tendo em conta o passado recente da China, isso é algo que querem evitar a todo o custo. Por isso, colocam a soberania em primeiro lugar, e logo a

---

<sup>65</sup> Para uma melhor compreensão do Poder Compreensivo Nacional da China *vide* LI, Fang - "Sobre o Poder Compreensivo Nacional da China", Hefei: Editora de Tecnologia de Anhui, 2002. (李方, 中国综合国力论, 合肥: 安徽科学技术出版社, 2002)

<sup>66</sup> NATHAN, Andrew J. e ROSS, Robert S. - The Great Wall and the Empty Fortress: China's search for security, New York: W.W.Norton & Company, 1997.

seguir vem o desenvolvimento económico, que só pode ser conseguida num ambiente de paz e estabilidade. Trata-se afinal da segurança compreensiva, global.

Quanto àquele que nos parece ser o segundo mais importante elemento do novo conceito de segurança, a **segurança cooperativa** (合作安全), inclui a coordenação das acções dos Estados em matérias de interesse comum, como na luta contra o terrorismo internacional e tráfico de drogas, contendas fronteiriças, pirataria, problemas ambientais, entre muitas outras. Por isso, no “novo conceito de segurança”, a China sublinha o facto de se resolver pacificamente as contendas e os problemas que afectam mutuamente os países, através de diálogo e consultas recíprocas, o que tem sido de grande utilidade no relacionamento entre a China e os países vizinhos. Trata-se de pôr de lado as contendas, e promover o desenvolvimento conjunto (*gezhi zhengyi, gongtong kaifa*: 搁置争议, 共同开发), princípio proposto por Deng Xiaoping, em 1984.<sup>67</sup> Aliás, tem sido essa a posição do governo chinês numa questão muito crítica com que se depara o governo chinês que é a questão de Taiwan. Neste caso, tem sempre o governo chinês defendido uma resolução pacífica, através da unificação e utilização do modelo “um país, dois sistemas” (和平统一, 一国两制), que já foi aplicado de uma forma bem sucedida em Hong Kong e Macau. Contudo, a China reserva-se a si mesma o direito de recurso à força para reaver Taiwan, em nome da soberania e integridade territorial, se as forças independentistas da Ilha extremarem posições e se auto-proclamarem independentes. Mas esta será sempre uma opção secundária.

Tal como referido anteriormente, a cooperação da China com os países asiáticos tem assumido estruturas multilaterais, mais ou menos informais, mas que nunca são dirigidas contra uma terceira parte. E nestes fóruns de discussão, os assuntos são muito variados e discutidos entre todos os países em pé de

---

<sup>67</sup> É interessante notar, que a paz e estabilidade como princípio já há muito que faz parte da cultura tradicional chinesa. Assim, Confúcio preconizava a harmonia como uma das seis virtudes mais importantes (*he wei gui*, 和为贵, in Analectos I:12). Posteriormente, durante a Dinastia Han (206 a.C.-220), na relação com os reinos e povos vizinhos, a China adoptou um modo de relacionamento, pacífico na sua génese, baseado na troca de presentes: o sistema de reinos tributários.

igualdade, não importando a sua condição económica ou cultural, o que é de grande agrado da China. Outro aspecto que muito atrai a China para participar nestes fóruns e organizações regionais, é o facto das decisões serem tomadas por unanimidade e sem carácter coercivo ou obrigatório, o que lhe dá liberdade de tomar a decisão que achar conveniente para si, de acordo com a sua possibilidade, e no tempo que julgar adequado. São todas estas características que distinguem a segurança cooperativa da segurança colectiva, cujo âmbito, em geral está relacionado com a segurança militar e cujas decisões têm carácter de obrigatoriedade. Aliás, dadas a diversidade cultural existente na Ásia, é nossa opinião que uma organização do tipo OTAN ou União Europeia, muito dificilmente seria bem sucedida na Ásia nos trâmites em que funciona no Ocidente.

Tal como sistematizado por Yan Xuetong,<sup>68</sup> os princípios da segurança cooperativa incluídos no “novo conceito de segurança” chinês são: não ser direccionado contra uma terceira parte, não ingerência nos assuntos internos, não uso da força e consultas pacíficas. Tendo em mente estes objectivos, este autor sistematiza os métodos utilizados como forma de assegurar a segurança cooperativa: alargar os interesses comuns, fortalecer a confiança mútua e fortalecer a cooperação económica.

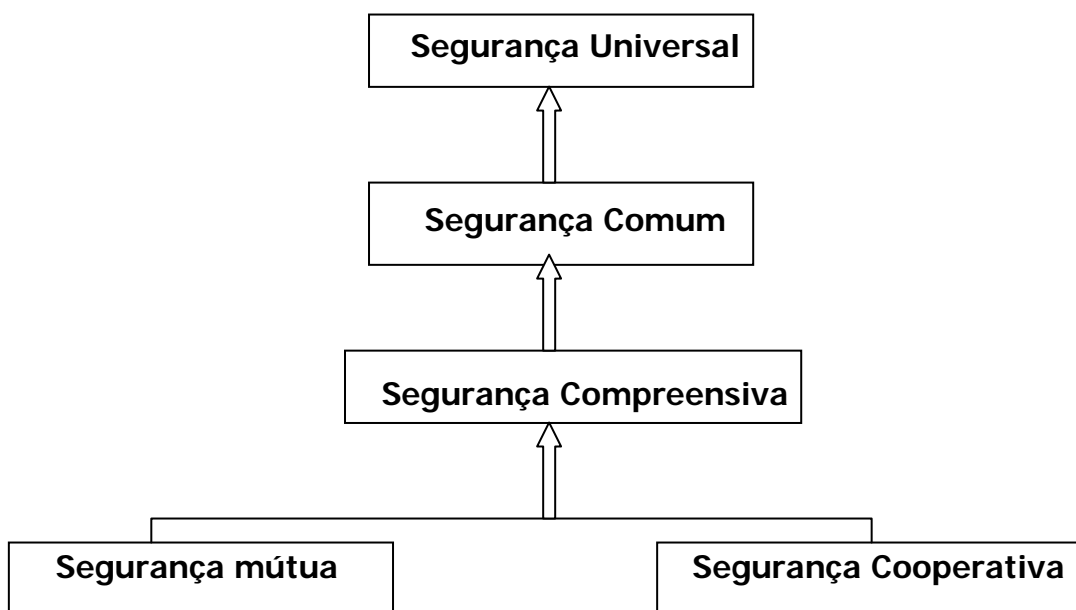
A aplicabilidade do carácter cooperativo do “novo conceito de segurança”, que já foi descrita anteriormente, foi sistematizada por Michael Yahuda em Ásia continental e nas partes marítimas da Ásia. Enquanto a primeira se refere à aproximação da China à Rússia e aos países da Ásia Central, que resultou na criação da Organização de Cooperação de Xangai, em 2001, a segunda refere-se à aproximação da China aos países do Sudeste Asiático e da sua participação no Fórum Regional da ASEAN, o que, segundo este autor, é visto por alguns países do Sudeste Asiático como “um mecanismo onde eles podem melhorar a sua posição de negociar com a China dirigindo-se-lhe colectivamente, em vez de separadamente como Estados pequenos. Da perspectiva chinesa, o Fórum oferece-lhe a oportunidade de reduzir suspeitas e ganhar reconhecimento como

---

<sup>68</sup> YAN, Xuetong (ed) – A China e a Segurança da Ásia-Pacífico, Pequim: Editora Actualidades, 1999, pp. 18-62. (阎学通, 中国与亚太安全, 北京: 时事出版社, 1999)

um interlocutor de segurança legítimo na região.”<sup>69</sup> Afinal o novo conceito de segurança procura melhorar a confiança mútua entre os países da região.

Ao analisar o marco teórico do “novo conceito de segurança”, Su Hao <sup>70</sup> estabelece uma relação diferente entre a segurança compreensiva e a segurança cooperativa, e acrescenta novos elementos. Assim, temos a segurança cooperativa (*hezuo anquan*: 合作安全) e a segurança recíproca (*xianghu anquan*: 相互安全) como os dois pilares teóricos do novo conceito de segurança. Segue-se a segurança compreensiva (*zonghe anquan*: 综合安全) como a base para assegurar os interesses dos Estados de uma forma recíproca, enquanto que a segurança comum (*gontong anquan*: 共同安全) será esse mesmo fundamento num nível regional, e finalmente a segurança universal (*pubian anquan*: 普遍安全), uma segurança de alcance planetário, com a salvaguarda da paz mundial e promoção do desenvolvimento global. Assim temos:



<sup>69</sup> YAHUDA, Michael – “China’s attempts to woo Asia”, *Daxiyangguo*, 2003, n.º 3, pp. 7-8, trad. do autor.

<sup>70</sup> SU, Hao – *Análise do Modelo de Segurança Cooperativa da Ásia-Pacífico*, Pequim: Editora Conhecimento Mundial, 2003, pp. 62-95. (苏浩, 亚太合作安全模式研究, 北京: 世界知识出版社, 2003)



Segundo Su Hao, a **segurança mútua** é um conceito básico, que significa que só respeitando os interesses de segurança do país, ao mesmo tempo que se garante a segurança dos outros países, se assegura a sua própria segurança. Assim, dois países ou alianças poderão assegurar a segurança comum. Este tipo de segurança juntamente com a **segurança cooperativa** forma os pilares do “novo conceito de segurança”. O objectivo da segurança cooperativa é pôr em prática a paz e estabilidade, assim como a prosperidade comum intra-regional, ou seja, pôr em prática o objectivo da segurança compreensiva regional. Segundo este autor, a **segurança compreensiva** inclui a segurança económica, a estabilidade social, a unificação do país e a segurança não tradicional, referindo-se, portanto, aos problemas de segurança transnacionais entre os países de uma determinada região, que se cingem à *low politics*, e que se caracterizam por uma certa flexibilidade. Já a **segurança colectiva** refere-se aos problemas de segurança existentes entre os países de uma determinada região ao nível da *high politics*. Por exemplo, os países da Ásia-Pacífico defrontam-se com problemas e ameaças comuns, possuem interesses em comum, pelo que podem adoptar medidas em comum, caracterizadas por uma certa multiplicidade de métodos de cooperação na área da segurança e pôr em prática objectivos comuns.<sup>71</sup>

Finalmente, a **segurança universal** é apresentada com o fim último do “novo conceito de segurança” pois foi a forma encontrada pelos líderes chineses para caracterizar a ordem de segurança mundial, a qual preconiza a paz e estabilidade universais. O carácter de universalidade que caracteriza o “novo conceito de segurança” está presente em diversos aspectos: os problemas de segurança são universais, pelo que só através da garantia da segurança universal se deve alcançar a paz e estabilidade regional e mundial; a resolução dos problemas de segurança também deve ser feita de uma forma universal, em que todos os países, grandes ou pequenos, ricos ou pobres, terão

---

<sup>71</sup> Como não nos parece que o conceito de “segurança colectiva”, aplicado nomeadamente à União Europeia e à OTAN, não se adequa à realidade chinesa, nem sequer asiática, sempre mais adeptas de estruturas mais flexíveis e não organizações estritamente constituídas com objectivos de segurança comum, optámos por não considerá-lo um dos elementos do “novo conceito de segurança”, preferindo a designação “segurança cooperativa”.

uma palavra a dizer; a segurança é recíproca, pelo que cada país deve assegurar a segurança de todos; a segurança só deverá ser assegurada através da cooperação entre países, e não contra terceiros. No entanto, esta concepção parece-nos um pouco forçada, na medida em que, apesar do “novo conceito de segurança” apresentar a forma como a China vê o mundo após o fim da Guerra-fria e acredita ser o relacionamento correcto, esse ideal acaba por ser utópico e quase impossível de pôr em prática por todos os países do mundo, e mesmo pela própria China, quando outros valores mais altos se levantam. Aliás, apesar do novo conceito de segurança apresentar ideais muito nobres, a verdade é que o governo chinês, finalmente, acaba por enveredar por uma conduta mais pragmática, adequada aos seus objectivos mais práticos.

Colocando este “novo conceito de segurança” mais ou menos em prática, a verdade é que a sua enunciação e defesa em diversos fóruns regionais e mundiais tem tido um efeito psicológico positivo sobre os países da região. O novo conceito de segurança foi projectado inicialmente para conquistar a confiança dos países asiáticos, com especial relevância para o Sudeste Asiático. Em concordância com este aspecto, o “novo conceito de segurança” foi sempre revelado em primeiro lugar à Ásia e só posteriormente à restante comunidade internacional, em diversos fóruns de âmbito global. Apesar do principal alvo ser os países do Sudeste Asiático, é interessante verificar que foi primeiramente aplicado na Ásia Central, com os “5 de Xangai” e depois com a Organização de Cooperação de Xangai. E tem sido um modelo bem sucedido que continua a colher frutos, sempre dentro dos moldes de relacionamento acordados. Posteriormente, o “novo conceito de segurança”, que continua a ser defendido pelo governo chinês actual, sob a inesperadamente activa liderança de Hu Jintao, tanto em fóruns regionais como em fóruns internacionais, tem provocado o reconhecimento da China como um país responsável e não ameaçador. Apesar da sua conduta reprovável no momento do surgimento da Pneumonia Atípica, ao tentar esconder de tudo e de todos a epidemia que já grassava há algum tempo dentro das suas fronteiras, colhendo muitas vidas, a rápida actuação do governo chinês para pôr fim à mesma, acompanhada de

uma acção de charme junto dos países asiáticos,<sup>72</sup> conseguiram retomar o ponto que a diplomacia chinesa vinha desenvolvendo desde meados dos anos 90.

E parece que a quarta geração de líderes, sob a liderança do presidente Hu Jintao e do primeiro-ministro Wen Jiabao, tem assumido um papel mais construtivo na realidade internacional, desde já com uma postura mais activa na resolução da questão dos mísseis da Coreia do Norte e na participação nos fóruns regionais, onde se assinou, por exemplo, o Tratado de Amizade e Cooperação com os países do Sudeste Asiático. A imagem da China como um país responsável, que assume as suas obrigações internacionais e representa um papel de destaque na realidade internacional, contribuindo para a resolução pacífica de assuntos conflituosos, ao mesmo tempo que promove uma atitude cooperativa de benefício mútuo em relação aos seus vizinhos, tem granjeado o reconhecimento internacional de países da região e mesmo exteriores à mesma. Em vista do aumento do poder económico chinês, os seus vizinhos vêm-na não tanto como uma ameaça mas mais como uma oportunidade, em resultado da decisão de constituição da Zona de Comércio Livre com a ASEAN.

Neste sentido, o então primeiro-ministro malaio Mahatir Mohamad defendeu, na Cimeira de Parceria China-Malásia 2003, em Setembro, que “os países do Sudeste Asiático não precisam de se preocupar com a China pois é improvável que esta entre em aventuras militares ou expansionismo. Não somente a China será um grande mercado para os produtos e os serviços do Sudeste Asiático, mas haverá também muito investimento chinês no Sudeste Asiático.”<sup>73</sup> E essa opinião é comum a outros países do Sudeste Asiático, mas também ao seu arqui-inimigo e concorrente japonês, quando o primeiro-ministro recentemente defendeu, na Cimeira especial de dois dias entre o Japão

---

<sup>72</sup> É deste facto exemplo, a viagem do presidente chinês Hu Jintao à Rússia, Kazaquistão e Mongólia, entre 26 de Maio e 5 de Junho de 2003, e, mais tarde, à Tailândia, Austrália e Nova Zelândia, em Outubro, na sequência da assistência à conferência da APEC.

<sup>73</sup> “SE Asian countries need not worry about China: Mahatir”, *People's Daily*, 2003, September, 19, in [www.peopledaily.com.cn](http://www.peopledaily.com.cn).

e a ASEAN, que “devíamos considerar o desenvolvimento chinês de uma forma favorável pois ele levará ao desenvolvimento do Japão e da ASEAN”.<sup>74</sup>

Com maior ou menor influência do “novo conceito de segurança”, a verdade é que a China está a construir uma nova reputação de potência regional responsável e de motor essencial do crescimento económico asiático. Imbuídos de uma visão mais pragmática, os líderes chineses estão mais preocupados em promover o desenvolvimento económico e tecnológico da China do que com princípios ideológicos, pelo que usam o “novo conceito de segurança” sempre que lhes é útil. E são os Estados Unidos, principal parceiro comercial da Ásia, quem a China mais desafia com o seu poder e influência na região. Segundo Sarasin Viraphol, um antigo diplomata tailandês estudante em Harvard, “cada vez mais, a China está a fazer as coisas que os Estados Unidos habitualmente faziam: cooperar, impulsionar o comércio, oferecer ajuda... As pessoas têm menos medo da China agora”<sup>75</sup>

---

<sup>74</sup> “Japanese PM Koizumi hails China’s development”, *People’s Daily*, 2003, December, 12, in [www.peopledaily.com.cn](http://www.peopledaily.com.cn), trad. do autor.

<sup>75</sup> “China’s Improving Image Challenges U.S. in Asia”, *Washington Post*, 2003, November, 15, in [www.washingtonpost.com](http://www.washingtonpost.com), trad. do autor.